



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 657 - DE 6 A 20 DE FEVEREIRO DE 2022 - R\$ 4,00

Estados Unidos decidem pela guerra

**O imperialismo não aceitou nenhuma das condições
da Rússia e avança com a militarização**

**A escalada bélica há muito vem sendo
desenvolvida pelos Estados Unidos e OTAN**

**A derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
(URSS) abriu caminho ao cerco das potências à Rússia**

**A Ucrânia tornou-se um instrumento para
os Estados Unidos avançarem na escalada militar**

◉ Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional defende:

- ① Pelos Estados Unidos Socialistas da Europa;**
- ② Por uma Ucrânia soviética independente;**
- ③ Reconstituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;**
- ④ Fim da militarização e do cerco imperialista à Rússia;**
- ⑤ Não à guerra de domínio imperialista. Sim a guerra de classe
contra a burguesia, pelo fim do capitalismo e pela retomada
da transição ao socialismo;**
- ⑥ Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional**

Perigosa escalada militar em torno à Ucrânia

Os Estados Unidos da América (EUA) comandam a escalada militar na Europa. E não é de agora, quando a Rússia postou milhares de soldados e um complexo bélico na fronteira com a Ucrânia. Há muito que o imperialismo norte-americano, por meio da OTAN ou diretamente, vem promovendo a militarização do Leste Europeu e das ex-repúblicas soviéticas, que outrora participaram da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). É visível que a Polônia se transformou em um posto avançado dos Estados Unidos na Europa, sediando suas tropas e as da OTAN. É visível que o sistema de defesa antimísseis da OTAN na Romênia também é um posto avançado, voltado para a Rússia.

A autorização de Biden para o envio de oito mil homens à região é apenas um pequeno sinal da gigantesca escalada militar pré-existente. Escalada essa que ganhou corpo, logo após a ruptura das ex-repúblicas populares do Leste Europeu com o bloco soviético, tendo à frente a Polônia, e após o desmoronamento da URSS. Anos depois, a “Cúpula da Aliança Atlântica” decidiu que a OTAN militarizasse as ex-repúblicas soviéticas do Báltico (Lituânia, Letônia e Estônia). A Ucrânia acabou sendo arrastada por essa escalada. A crise de 2013-2014 estourou justamente devido à divergência em torno à adesão do país à União Europeia, e daí para o ingresso na OTAN. A guerra civil e a posse da Crimeia pela Rússia desmembraram o território ucraniano. Os EUA e a OTAN incentivaram a oligarquia e a burocracia governamental a fortalecer o cerco à Rússia. O próximo passo seria incluir a Geórgia. Estrategicamente, o imperialismo norte-americano propagandeia que a Rússia ameaça a sua segurança e a da Europa.

Com a derrocada da URSS, abriu-se o caminho para a militarização, a começar pelo Leste Europeu, sob as diretrizes dos EUA e a operacionalidade da OTAN. Putin e seus generais exigem que os EUA retrocedam as forças militares do Leste Europeu, cumprindo o acordo de 1997, de redução do poderio bélico. O que significaria desativar a escalada militar e, portanto, retroceder o cerco à Rússia. Esse objetivo não tem como ser alcançado pacificamente. O capitalismo entrou em uma fase aguda de desintegração no pós-guerra. Suas tendências bélicas estão sendo determinadas por essa condição objetiva.

A Ucrânia está nas mãos dos credores internacionais e da “ajuda” militar dos EUA e aliados europeus. Pouco efeito tiveram as sanções econômicas russas, e a continuidade da guerra civil em Donbass, região do leste da Ucrânia, para demover seu governo pró-União Europeia de seguir em direção à OTAN, e servir à escalada militar do imperialismo.

O governo russo já havia cedido terreno em excesso ao avanço do cerco norte-americano. A quebra da URSS, as pressões das forças centrífugas, que estiveram na base da ruptura de boa parte das repúblicas soviéticas, as guerras civis que se instalaram na região, e o enfraquecimento eco-

nômico da Rússia por um longo período permitiram que o imperialismo avançasse na Europa Oriental e parte da Ásia, que se encontravam sob a influência de Moscou. Recentemente, a Rússia teve de intervir na crise do Cazaquistão. A tendência é a de recrudescerem os conflitos internos nas ex-repúblicas soviéticas, que permaneceram sob a tutela da Rússia, na forma de “Comunidade de Estados Independentes” (CEI).

O velho império Grão-Russo foi destruído pela revolução proletária de Outubro de 1917. A onda revolucionária que tomou conta das várias nacionalidades – entre elas, teve muita importância a libertação da Ucrânia – permitiu a criação de repúblicas socialistas soviéticas. Pôs em prática o princípio da autodeterminação dos povos oprimidos. O cumprimento dessa tarefa democrática, sob a revolução e ditadura proletárias, permitiu a união federativa, na forma da URSS. Um movimento inverso se passou com o processo de burocratização, centralização autoritária e o fim da URSS. As ex-repúblicas soviéticas, ou se submetem aos ditames do imperialismo, impostos pelos EUA, ou permanecem sob os ditames da burocracia restauracionista russa. A crise em que está mergulhada a Ucrânia reflete sua regressão como república soviética independente. E espelha o golpe mortal, desferido pela própria burocracia governante e pelos oligarcas capitalistas à URSS, em 1991.

Carcomida por dentro pelo processo de restauração, condicionada pelo mercado capitalista, cercada pela fração imperialista vencedora da Segunda Guerra, e enfraquecida pelas inúmeras derrotas do proletariado mundial, a URSS desabou, deixando um campo aberto à escalada militar dos EUA e ao cerco à Rússia, por intermédio das próprias ex-repúblicas populares do Leste Europeu e de partes das ex-repúblicas soviéticas.

O proletariado e os demais explorados, envolvidos diretamente nessa escalada bélica, tardam em se unir sob as bandeiras democráticas e socialistas. Ucranianos, russos, poloneses, romenos, etc. não podem se deixar levar por uma guerra, que recairá sobre as massas e os povos mais débeis. Estão postas as bandeiras de expulsão dos EUA e a OTAN em todas as repúblicas que se tornaram párias e reféns da Unidade Europeia imperialista. Autodeterminação real das nações oprimidas. Derrubada da burocracia restauracionista na Rússia e em todas ex-repúblicas soviéticas. Recuperação das conquistas da revolução de Outubro. Para lutar por esse programa, é necessário que a vanguarda com consciência de classe impulse a construção dos partidos marxistas-leninistas-trotskistas, e reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional publicou duas declarações programáticas. Cabe a todas as seções se guiarem pela sua linha internacionalista, e cumprir a tarefa de divulgá-las entre os explorados e as suas organizações.

DESESPERO BATE À PORTA DOS PARTIDOS

A corrida eleitoral ainda se encontra na fase das articulações em torno às candidaturas. O PT se acha em uma zona confortável, se comparado com os demais concorrentes de oposição. O partido-albergue de Bolsonaro, o PL, do evangélico Valdemar Costa Neto, tem sido obrigado a tratar os descontentes, com o socorro dado ao presidente da República, que se acha em um atoleiro, com casca e tudo. A almejada candidatura da “terceira via” não encontra um denominador comum, capaz de unir os partidos de centro-direita em torno a um nome. As desistências de pretendentes não têm traduzido em convergência e fortalecimento da “terceira via”.

Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, chegou à conclusão de que é melhor se candidatar para senador. Seu partido, PDS, de Gilberto Kassab, se mostrou propenso a uma coligação com o PT. O Cidadania, do ex-dirigente do PCB, Roberto Freire, quase se despedaça na recente reunião, em que se discutiu formar uma federação com o PSDB, Podemos ou PDT. Unir-se ao PSDB significaria se colocar pela candidatura de João Doria. O PDT somente pode constituir uma federação se for para sustentar a candidatura de Ciro Gomes. O desânimo com a candidatura de Sérgio Moro aumenta entre seus partidários. O que foi a esperança de setores da burguesia para erguer a terceira via já não desperta tanta eufo-

ria. De qualquer modo, estão postas três candidaturas, a de Doria, Moro e Gomes. Se se juntar as três, não derrota Lula, caso se mantenha a propensão eleitoral de hoje. Bolsonaro não tem conseguido romper a baixa cotação, se comparada com a de Lula.

A crise social, agravada com a Pandemia, e os descabimentos da governabilidade militar-bolsonarista são a alavanca que tiraram Lula da cadeia e o colocaram na crista das eleições. Esse processo de definição da disputa eleitoral, que somente em março-abril ganhará status oficial, se passa em meio à continuidade das mortes pela Pandemia, do alto desemprego, do crescimento da pobreza, miséria e fome. Essas forças políticas, de conjunto, assinalaram que vão aproveitar-se desse flagelo, para arrastar as massas por detrás das eleições. Tudo indica que Bolsonaro não se reelegerá. A ilusão de que, trocando um governo burguês por outro, se alterarão as condições de “desigualdades” em favor dos explorados, deve ser combatida.

A vanguarda revolucionária tem o dever de lutar contra essa impostura burguesa, e trabalhar pela independência política das organizações operárias e populares. A tarefa, nesse sentido, se concentra na propagação entre os oprimidos de suas reivindicações, das formas de organização e das respostas imediatas a cada manifestação da luta de classes.

Até onde Lula pode chegar

Parte da esquerda petista e parte da arrivista torcem para que fracasse a aproximação de Lula com Alckmin. Há quem ficou atordoado, quando se noticiou que o ex-governador de São Paulo (ex-PSDB) estava disposto a ser vice de Lula. Chegou-se ao ponto de se denunciar essa informação jornalística, como uma infame mentira para desacreditar Lula diante da população. Não demorou para que as negociações de bastidores – típicas da política burguesa – viessem à tona.

O descontentamento da ala alckmista com a pré-candidatura de Doria transbordou a taça daqueles que se reivindicam do PSDB histórico. Alckmin anunciou o seu desprendimento do partido – outrora dirigido por Fernando H. Cardoso, Mário Covas, etc. –, para achar outra praça, onde poderia acomodar seus interesses políticos e os de seus amigos. Sua vontade era a de entrar no PSD, de Kassab, mas tudo dependia de sua ambição eleitoral. A alternativa era e é o PSB, que, por ser um partido mais fraco que o PSD, tem menos poder de negociação. Para demonstrar que a possibilidade de Alckmin compor a chapa presidencial com Lula era séria, realizou-se um almoço de personalidades pluripartidárias. Mas, entre ser séria e a sua efetivação, há uma distância.

Diante da resistência de uma fração minoritária do PT, os mandatários do partido divulgaram uma carta intitulada “Re-

sistência, Travessia e Esperança”. O nome já diz tudo. O objetivo é o de trazer para a candidatura de Lula a ala do PSDB, que não engoliu a pré-candidatura de Doria. Homens que estiveram à frente do impeachment de Dilma Rousseff, como Tasso Jereissati e Aloísio Nunes, foram incentivados a ouvir o que Lula tem a lhes oferecer. A posição da cúpula petista é de que a candidatura de Lula deve servir para uma “união nacional”.

Com a desistência de Pacheco, aumentou a chance de Alckmin ir para o PSD. Caso contrário, não só as portas do PSB estão abertas, como as do Solidariedade e do PV. Ou seja, mais de um prostíbulo da política burguesa está no trânsito entre Alckmin e Lula. Para aumentar a aposta na consagração da aliança, Lula ofereceu ao ex-governador o ministério da Agricultura. Assim, Alckmin teria assegurado, de fato, um espaço no governo para exercer sua influência. E não qualquer influência. O agronegócio, concentrado no estado de São Paulo, poderia ceder em suas reticências ou oposição a Lula. O Solidariedade, do Paulo Pereira da Silva (Paulinho), vem servindo de ponte para a aliança, objetivando ter um político burguês de peso no governo de Lula, de forma a potenciar a Força Sindical.

Questionado sobre a reforma agrária, Lula recorreu à experiência de seu próprio governo, mostrando suas boas relações

com setores do agronegócio. Palavras e intenções, em si, não fazem mal a ninguém, ainda mais ao poderoso agronegócio. Mas, a prova de maior peso se encontra no fato do MST ter refluído e perdido força no governo de Lula e Dilma. A direção do MST já aprovou a aproximação com Alckmin, qualificado de um político democrático e flexível. Falta ainda trazer o PSOL para o governo de “união nacional”. Não é impossível resolver as pendências com a candidatura de Guilherme Boulos. Tudo indica que o obstáculo continua sendo a sua pretensão de ser candidato a governador por São Paulo. Lula, no entremeio de suas negociações com representantes da política burguesa oposicionista, afagou Boulos em um encontro. Boulos, que se filiou ao PSOL para se candidatar à presidência da República em 2018, e viabilizar sua candidatura nas eleições de 2020, para prefeito de São Paulo, adquiriu um enorme peso na balança política do PSOL.

Esse é o limite de sua aliança com frações, setores e representantes do grande capital. O que inclui partidos de esquerda, como o PSOL e PCdoB, que se mostram em uma situação extremamente difícil, diante da reforma política e eleitoral, que tem por objetivo reduzir ao máximo o número de partidos. Lula quer ganhar, mas sabe que para governar terá de se submeter ao grande capital, em geral, e a grupos econômicos, em particular.

Bolsonaro não perde tempo Nova MP contra os trabalhadores

No final de janeiro, Bolsonaro decretou a Medida Provisória 1099. O objetivo é facilitar a contratação de trabalhadores por parte das prefeituras, recebendo menos da metade do salário mínimo de fome (R\$ 1.212,00), e sem nenhum direito trabalhista. Estabelece uma jornada de 22 horas semanais, que pode ser acrescida de mais 12 horas mensais, no valor de R\$ 5,51 a hora, o que resulta um salário mensal de R\$ 551,00. A MP é mais um instrumento da “Carteira Verde Amarela”, visando a aproveitar a mão-de-obra de jovens de 18 a 29 anos, ou desempregados acima de 50 anos.

Bolsonaro aproveitou o recesso do Congresso Nacional, impôs a MP 1099, com duração até o final de 2022, não precisando, assim, ficar à espera das negociações com os parlamentares para transformá-la em lei. Como se sabe, depois de implantada, é mais fácil dar prosseguimento. De MP em MP, o governo ultradireitista segue firme no aprofundamento da reforma trabalhista.

Diante da ofensiva de Bolsonaro, as direções sindicais se limitaram repetir a mesma cantilena: “A luta da CUT será para derrotar a MP no Congresso”. E a denunciar (em palavras) o salário mínimo miserável e a destruição de direitos. Como se fosse possível modificar o voto da maioria dos deputados que sustentam a política econômica do governo. Se

alguma MP não se transformou em lei, foi em função das disputas interburguesas, a maioria vinculada à política do “toma lá dá cá” e dos interesses eleitorais, como foram os casos da Carteira Verde Amarela e a MP 1045 – que cortava direitos, como férias e 13º salário –, e não pela luta da direção sindical

no Congresso Nacional. Agora, como se trata de contratação feita pelas prefeituras, a direção da CUT recomenda que é preciso “pressionar” os prefeitos, para não colocarem em prática a MP bolsonarista.

Está aí mais uma demonstração da política da burocracia sindical, que rejeita a organização dos trabalhadores para enfrentar as medidas governamentais contra os empregos, salários e direitos. Nesse ano eleitoral, os burocratas tudo farão para conduzir os organismos de luta (sindicatos) para a eleição de Lula. As reivindicações dos trabalhadores servirão apenas como discurso nos palanques eleitorais. É contra essa política traidora da classe operária, que a van-

guarda com consciência de classe tem de trabalhar para divulgar junto aos explorados o programa verdadeiramente de luta pelos empregos, salários e direitos, que só pode ser materializado pelos métodos próprios do proletariado, greves, bloqueios e manifestações.

(...) os burocratas tudo farão para conduzir os organismos de luta (sindicatos) para a eleição de Lula. (...) É contra essa política traidora da classe operária, que a vanguarda com consciência de classe tem de trabalhar para divulgar junto aos explorados o programa verdadeiramente de luta pelos empregos, salários e direitos, que só pode ser materializado pelos métodos próprios do proletariado, greves, bloqueios e manifestações.

Ano inicia com greves

Desde o dia 17 de janeiro, os trabalhadores de Furnas e outras unidades do sistema de energia elétrica estão paralisados, devido à proposta da estatal, de aumentar de 10% para 40% o valor das alíquotas do plano de saúde, que são descontadas de seus contracheques. No dia 28, foi a vez dos metalúrgicos da montadora Suzuki, em Manaus, entram em greve, exigindo pagamento in-

tegral do PLR de 2021, plano de saúde, melhores condições de trabalho, e contra o desvio de função, que servem para rebaixar os salários. Paralisações vêm ocorrendo por parte de médicos, servidores federais, etc. Isso mostra a disposição dos trabalhadores de enfrentar as medidas patronais e do governo.

O problema está em que as direções tratam as paralisações e greves

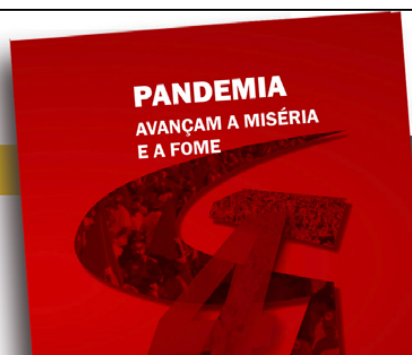
de forma corporativa. Não há disposição de unificar os movimentos, única via para fortalecer a luta dos explorados. O isolamento das greves só favorece o patronato e governantes. Combater essa política é a principal tarefa os trabalhadores classistas, para que a classe operária recupere sua força coletiva em defesa de suas reivindicações vitais.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Burocracia sindical aceita o layoff, ao invés de organizar a luta

A direção do sindicato metalúrgico de São José dos Campos negociou com a autopeça TI Automotive a suspensão do contrato de parte dos trabalhadores, que deverá ficar fora por cinco meses. Com a mesma justificativa de sempre, a burocracia, diante dos operários, disse que a empresa pretendia demitir, mas que o sindicato propôs o lay-off. Portanto, a assembleia era apenas para referendar o acordo do sindicato com a autopeça. Com a maior cara de pau, um diretor do sindicato disse: *“Já começamos 2022 com a luta em defesa dos empregos. Os trabalhadores vivem um momento difícil, com inflação e desemprego em alta. Não aceitamos qualquer medida que penalize os companheiros. Com a pressão dos trabalhadores e a negociação do Sindicato, conseguimos preservar todos os postos de trabalho”*.

Essa é a política do maior sindicato da CSP-Conlutas, sob a direção do PSTU, que cindiu a CUT com o álibi de construir uma nova alternativa, classista e de luta. O que se vê, é uma direção que segue a orientação da burocracia da CUT.

Bancos aproveitaram a Pandemia para fechar agências e demitir

Há muito, os bancos vêm fechando agências, demitindo e aumentando a exploração do trabalho. Mas, foi durante a pandemia, menos de dois anos, que 2.189 agências foram fechadas, e eliminados 15,4 mil postos de trabalho, somente nos cinco maiores bancos. Os bancários que permaneceram estão sob a intensa exploração, com uma sobrecarga de trabalho. Enquanto os banqueiros tiveram lucros exorbitantes, nesse período de pandemia, os bancários amargaram o desemprego e a violenta carga de trabalho.

O que fizeram as direções sindicais? Mantiveram os sindicatos por um longo tempo fechados, as assembleias passaram a ser virtuais, e rejeitaram organizar uma luta contra a destruição de empregos e a precarização das condições de trabalho. Com essa política, os banqueiros ficaram de mãos livres para impor medidas de proteção aos seus lucros, que são exorbitantes. Está aí colocada a necessidade de constituir uma verdadeira direção classista, inteiramente voltada a defender os interesses gerais de milhares de bancários.

Reunião do Fórum das Centrais Sindicais, na contramão das necessidades dos explorados

No final de janeiro, ocorreu a primeira reunião do Fórum das Centrais Sindicais, que conta com a Força Sindical, CUT, CTB, UGT, CSB e NCST, em torno a dois pontos: a) “Conferência Nacional da Classe Trabalhadora” (Conclat); b) 1º de Maio. Sobre a Conclat, não há nenhuma novidade. Toda vez que se aproximam as eleições, é convocada a Conclat, que aprova uma pauta de reivindicações, e depois é levada aos candidatos à presidência da República. Trata-se de uma reunião ampliada de

burocratas, dispostos a “negociar” com o governo eleito. Querem, por meio da Conclat, reforçar a política de conciliação de classes. Ficou acordado que a Conclat será nos dias 11 e 12 de abril, virtual ou presencial, a depender da Pandemia. A CTB (PCdoB) deixou claro que o objetivo é “tirar Bolsonaro do poder”. Assim diz o burocrata pectedobista: “A Agenda da Classe Trabalhadora será nosso guia para as eleições 2022.”. O segundo ponto, sobre o 1º de Maio unitário terá a finalidade de divulgar

essa “Agenda... rumo às eleições gerais de 2 e 30 de outubro”.

Como se vê, a reunião do Fórum das Centrais nada tem a ver com a organização da luta da classe operária e dos demais trabalhadores, em defesa dos empregos, salários, direitos, e contra as reformas antinacionais e antipopulares do governo. Os burocratas se reuniram para traçar um plano para submeter os sindicatos à tarefa de substituir o governo ultradireitista de Bolsonaro pelo governo de Lula.

R\$ 15

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

POR

Marxismo

Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial



Lições da Comuna de Paris

Março / Maio de 1871

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Pernambuco**Boletim Nossa Classe – Janeiro****Defesa dos salários e empregos**

O Boletim Nossa Classe expressou a necessidade de retomada da luta em defesa do salário, com o chamado “Sem luta, nossos salários despencaram”. Diante do aumento do custo de vida, o aumento do salário mínimo pelo governo, de R\$1.100,00 para R\$ 1.212,00, só servirá para manter a miséria da maioria explorada. O salário é a fonte de sobrevivência

da classe operária e demais oprimidos. Os capitalistas rebaixam para proteger seus lucros, enquanto a família operária sofre com a pobreza. A falta de verdadeiras campanhas salariais, em 2021, sem uma defesa firme da recuperação das perdas anteriores e aumento real, resultou em uma média de reajuste abaixo da inflação. Diante disso, defendemos que os sindicatos e centrais convoquem imediatamente

um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa do aumento dos salários, dos empregos e dos direitos trabalhistas. Somente sob a unidade da classe operária e demais trabalhadores, é possível impor ao patronato e governo um salário capaz de atender às necessidades vitais da família trabalhadora.

Contra o salário mínimo de fome de Bolsonaro e contra o eleitoralismo

O Boletim Nossa Classe denuncia que mais de 20 milhões de brasileiros têm de sobreviver com 1 salário mínimo ou menos. É do salário miserável que vêm os dados alarmantes da miséria e fome. Isso não será resolvido com a conversa fiada dos governantes e politiqueiros. Somente a classe operária organizada e em luta pode defender-se da pobreza e miséria. Para isso, é preciso recuperar nossos sindicatos, expulsando deles as direções vendidas e traídas. É preciso cobrar dos sindicatos a con-

vocação das assembleias presenciais, para organizar a luta. Por um salário mínimo vital, capaz de sustentar a família, calculado pelas assembleias operárias; que nenhum trabalhador receba menos de 1 salário mínimo vital; emprego a todos, reduzindo a jornada de trabalho, sem reduzir os salários. O Boletim alerta para o movimento das direções, de usar os sindicatos para o eleitoralismo, e defende a independência política e organizativa dos explorados e suas entidades representativas.

Contra o aumento da tarifa e a dupla-função

O Boletim Nossa Classe também expressou a necessidade de lutar contra o aumento de 23% da tarifa de ônibus, proposto pelas empresas de transportes para a região metropolitana de Recife (RMR). Os capitalistas do transporte armam mais um ataque contra os explorados. Não basta todo o aumento de preços de alimentos, gás, luz, água, o aumento do preço das passagens significará mais um ataque ao já miserável salário. O sindicato da patronal (Urbana-PE) mente, ao justificar o aumento das tarifas pelo gasto com pessoal. Na Pandemia, as empresas aproveitaram para demitir milhares de rodoviários. Avançou na aplicação da dupla função, obrigando os trabalhadores a cobrarem e dirigirem. Aplicou a MP 936, diminuindo salário. Diminuiu a frota, submetendo os usuários a superlotação e horas de espera dos ônibus. Para tentar barrar esta ofensiva, foi formado um comitê de lutas contra o aumento da tarifa, pelo fim da dupla função e pelo passe livre. O Sindicato dos rodoviários (PSOL/Resistência) integra esse comitê, que aprovou a orientação para que sejam realizadas as assembleias das categorias. É uma luta que exige unidade com diferentes categorias, por isso, a importância da construção do comitê. Mas, para vencer esta batalha, é necessário convocar os rodoviários para a luta, a iniciar pela convocação de assembleias nas garagens e geral da categoria. Por isso, o Boletim Nossa Classe defende: 1) Organização da luta unitária de rodoviários, demais trabalhadores e juventude!

2) Não ao aumento da tarifa! 3) Pela estatização das empresas de transporte, sem indenização, e criação de um sistema 100% público, sob controle coletivo da classe operária! 4) Unir a luta contra a tarifa à luta por empregos para todos, salário mínimo vital e por direitos trabalhistas!

O Boletim Nossa Classe alerta: “A empresa jogou a proposta de 23% para fazer de conta que negocia, e conseguir um aumento igualmente insuportável, além de ganhar do governador mais subsídios. É típico dos reformistas iludir os trabalhadores e juventude com a ilusão no apoio dos parlamentares, no judiciário ou na disputa pelo Conselho de Transporte. É preciso dizer a verdade: O Conselho de Transporte não passa de um espaço para que, ano após ano, patrões e governo legitimem novos aumentos. Além de servir de trampolim eleitoral. Temos de confiar em nossas próprias forças e métodos. Convocar grandes atos, independente da agenda do conselho. Sem nutrir ilusões no judiciário e nos politiqueiros.

Por fim, o boletim ecoou a denúncia dos rodoviários de que a empresa Vera Cruz descumpra o direito de folga. Os que trabalham estão sendo pressionados a trabalharem de sábado. Diante disso, “o Boletim Nossa Classe defende: 1) Que o sindicato convoque as assembleias de base nas garagens; 2) Que a pauta da assembleia expresse a defesa da vida dos guarás – emprego, salário, direitos e jornada de trabalho; 3) Erguer a luta pelo fim da dupla função e readmissão dos rodoviários demitidos”.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Rio Grande do Norte**Boletim Nossa Classe – Janeiro**

O boletim inicia com a denúncia sobre o novo salário mínimo de fome do governo Bolsonaro, que não cobre as perdas salariais do ano passado. Diz que o INPC foi de 10,16%, porém, o aumento do custo de vida para os mais pobres foi ainda maior. Faz a defesa de um salário mínimo vital, que seja suficiente para garantir das necessidades de uma família operária, e que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos e direitos.

Em seguida, relata que, no blog do Nossa Classe, os operários novamente se manifestaram de forma anônima sobre as denúncias das condições de trabalho no Centro de Distribuição Riachuelo (Natal/RN), que fica anexo à fábrica Guararapes. Dentre os comentários, destacam-se as queixas sobre a cobrança de metas abusivas, o banco de horas e a ausência de médico, quando a fábrica Guararapes está fechada. Sobre os desvios de função, um operário relatou que “um gerenciador de peças, ele não ganha por aquilo, e sim por auxiliar de logística”. Há também relatos da exploração sobre os temporários que, por mais que sejam bastante cobrados e deem seu máximo, no final, são demitidos. Pelas palavras de um operário, “muitas vezes aquele temporário que saiu tem filhos para sustentar ou até mesmo ou-

tra pessoa em casa sem trabalho, ou mora de aluguel, mas eles não lembram disso, e só uma meta que eles querem”. O boletim conclui, defendendo a unidade entre os operários da Guararapes e CD Riachuelo, e que o Sindconfeções chame uma assembleia na porta de fábrica, para organizar a luta.

Por fim, o boletim traz denúncias da fábrica Bonor Botões (Parnamirim/RN) que, após quase dois anos com o refeitório fechado, depois de várias reclamações, resolveu agora reabrir o refeitório, porém, se utiliza disso para retirar as pausas de 10 minutos do café e do lanche da tarde, e reduzindo o intervalo do almoço para 30 minutos, passando por cima da própria CLT, que estabelece o limite mínimo de 1 hora para o almoço. O boletim conclui, colocando a importância de os operários se organizarem para lutar pelos seus direitos, constituindo uma comissão de fábrica, que mobilize a partir das reivindicações. O boletim levanta as seguintes reivindicações: 1) Pela manutenção das pausas para café/lanche, e do tempo mínimo de 1 hora para almoço; 2) Pela gratuidade do refeitório; 3) Pagamento imediato do vale-transporte, que é um direito; 4) Aumento salarial já; 5) Fim dos desvios de funções; 6) Contratação de mais trabalhadores; readmissão imediata dos demitidos na Pandemia; 7) Estabilidade no emprego.

Fortaleza**Campanha salarial termina sem conquistas, mas Sindiute comemora**

A assembleia virtual, realizada no dia 1º de fevereiro, encerrou a campanha salarial 2022 do magistério municipal. A proposta de paralisação de uma semana, em torno da pauta de reivindicações de 4 pontos, foi sustada, e os professores recomendados a voltar às escolas, e iniciar o ano letivo.

Balanco da campanha

Após o anúncio do governo federal, de repassar aos estados e municípios os recursos para o cumprimento do reajuste de 33,23% da lei do piso, o prefeito Sarto/PDT anunciou que enviaria, em caráter de urgência, à Câmara Municipal, um projeto de lei com um reajuste salarial complementar de 22,23%. Até então, a campanha salarial da categoria estava estacionada na defesa de 4 pontos: pagamento dos 11% de reajuste em uma única parcela, ao invés de parcelado em 3 vezes (março, setembro e janeiro/2023); concurso público para professores; devolução dos 14% de salários confiscados dos inativos com a reforma da Previdência, e pagamento dos precatórios do Fundef.

Ao encerrar o ano de 2021, com a derrota da categoria e a consequente aprovação do reajuste em 3 parcelas, o Sindiute (PT) convocou assembleia para 28 de janeiro, com objetivo de iniciar a greve, e impedir o início do ano letivo. Tudo indica que a movimentação da categoria para começar a greve, entre outros fatores, tenha pesado na decisão de Sarto. O prefeito anunciou, no segundo dia de paralisação e com ato marcado para a Câmara, a intenção de realizar o concurso público em 2022. Sabedora do reajuste inesperado e do anúncio do concurso, a direção

do Sindiute convocou a categoria a iniciar uma paralisação de 4 dias, com o argumento de que não havia garantias de que o prefeito pagaria o complemento do reajuste, bem como o edital do concurso. Além disso, estavam pendentes os demais pontos da pauta. A categoria atendeu ao chamado, e mais de 80% das escolas paralisaram. O ato na Câmara Municipal reuniu centenas de professores.

Depois de breve audiência com vereadores da base do prefeito, e da confirmação da chegada da mensagem de reajuste, a presidente do Sindiute, Ana Cristina, declarou que a categoria havia conquistado uma vitória, e que não haveria como manter a paralisação. Uma nova assembleia virtual foi convocada para o mesmo dia, e encerrada a paralisação.

Os professores, que já haviam paralisado 2 dias, mesmo sabendo do incomum reajuste complementar, demonstraram enorme disposição de luta. Queriam reverter a decisão da prefeitura, em pagar parcelado os 11% iniciais do reajuste. A burocracia sindical prometia lutar pelos aposentados, e especialmente pelos 11% em parcela única. A categoria acreditou que o combate era para valer. A se ver voltando para as escolas sem nada além das conquistas que já estavam asseguradas antes da paralisação, e sem sequer lutar pelo restante da pauta, era inevitável que a desconfiança ganhasse força diante das manobras da direção sindical.

A burocracia anunciou em seu site que a promessa do concurso era uma vitória da luta. Na véspera, porém, justamente o argumento de não acreditar em promessas era manejado para arrastar a categoria. E o que de diferente resultou da ida à Câmara, senão

a mesma promessa de concurso pelo prefeito, só que desta vez, anunciada como vitória pela direção do Sindiute? Uma parcela da vanguarda de professores que, até ontem, confiava cegamente na direção do Sindiute, hoje fala em traição e acordo com o prefeito. A base da categoria se pergunta por que foi chamada à luta e, em seguida, orientada a voltar às escolas, sem que as reivindicações fossem atendidas, e sem que seu movimento tivesse sequer iniciado de fato.

Assembleia virtual: instrumento antidemocrático e de paralisia da luta

A burocracia se tem agarrado às assembleias virtuais mesmo depois da volta às aulas, com o avanço da vacinação e mesmo com as lutas ocorrendo nas ruas. A burocracia sabe das vantagens que a assembleia virtual lhe dá, em capacidade de manobra. A categoria, contudo, ao poder usufruir do isolamento social,

agarrou-se a estas atividades virtuais, e permitiu que a burocracia reinasse absoluta. As correntes de oposição no Sindiute, a exemplo da Conlutas, se têm adaptado à direção, e abandonado a defesa do retorno às assembleias presenciais. A CPE/POR tem ficado sozinha no combate às assembleias virtuais. Denuncia em seus boletins que, não apenas esta serve de instrumento antidemocrático, como estimula a passividade da categoria. O ato na Câmara, que reuniu centenas de professores, em outras épocas teria reunido milhares, foi a combinação do temor de contaminação com a política deliberada de passividade, ambas manejadas pela burocracia.

O balanço final da Campanha Salarial é de uma luta natimorta, onde permanecem as reivindicações da categoria, e onde algumas conquistas poderiam ter sido arrancadas na luta. A tarefa da vanguarda consiste em manter a luta firme por uma direção classista e combativa para a direção do sindicato. ■

São Paulo

Intervenção do POR na greve dos portuários

Balanço do movimento nacional dos portuários e da greve de 12h no porto de São Sebastião

No dia 28 de janeiro, em diversos portos pelo Brasil, ocorreram paralisações de 12h, como parte da mobilização nacional dirigida pelas Federações Portuárias (FNE, FENCCOVID e FNP), contra as privatizações das Autoridades Portuárias, anunciadas pelo governo para ocorrer neste ano.

As Federações Portuárias acertaram, ao iniciar a mobilização nacional com paralisações, embora não conte com a adesão dos sindicatos de Santos, o maior Porto da América Latina, filiados ou próximos à Força Sindical.

Em São Sebastião, a paralisação contou com o apoio do Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte. A presença de dirigentes do Sindipetro LP foi importante para, utilizando-se da experiência dos petroleiros, demonstrar que somente a luta pode impedir que o processo de privatização e desnacionalização das riquezas nacionais avance.

As intervenções do presidente do Sindicato dos Estivadores e de um vereador, que também é funcionário das Docas, foram em da importância das eleições de 2022. Portanto, na linha de substituir um governo burguês por outro governo burguês, considerado capaz de reverter o avanço das privatizações.

O POR interveio, combatendo as ilusões eleitoreiras, parlamentares e judiciais, defendendo que a única maneira de defender os empregos, salários e as estatais é com o método da ação direta, com a unidade na luta, principalmente das categorias que estão sob ataque, petroleiros, ecetistas, portuários, etc. Defendeu a realização de assembleias conjuntas, para decidir os rumos do movimento e organizar as lutas. E que as Centrais Sindicais e entidades sindicais convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, contra as privatizações, e em defesa das reivindicações mais sentidas dos trabalhadores. ■

São Paulo

Realizado em Mauá o ato contra o aumento das passagens no ABC

No dia 28 de janeiro, ocorreu mais uma manifestação contra o aumento das passagens no ABC. Desta vez, ocorreu na cidade de Mauá, administrada por Marcelo Oliveira (PT). A manifestação reuniu cerca de cinquenta pessoas, menos que a realizada em São Bernardo, o que pode ser explicado pela ausência dos petistas, pelo fato de estarem na gestão da prefeitura, e serem responsáveis pelo aumento, além da própria desorganização do Comitê que impulsiona as manifestações, o qual tem realizado reuniões online e híbridas, expressando o novo patamar da conciliação de classes, levada a cabo pelas burocracias na Pandemia.

O POR destacou a importância da manifestação que, apesar de pequena, conseguiu denunciar o aumento das passagens, de tal forma que uma trabalhadora que passava pelo local tomou a palavra, e fez questão de fazer uma fala de apoio aos manifestantes. No entanto, existe ainda muita falta de informação, o que acaba gerando desinteresse da população em relação à manifestação. Isso se deve à ausência de uma verdadeira campanha nas

fábricas e nas ruas, contra esse ataque dos prefeitos. E à falta de manifestações presenciais, apesar dos enormes problemas enfrentados pelos trabalhadores, como o desemprego, subemprego, falta de moradia, elevação dos preços dos alimentos, etc. Responsabilidade que recai sobre as direções sindicais e políticas. Portanto, o desinteresse e a passividade são consequências da política das direções, que mantiveram os sindicatos fechados, e desativaram os comitês de lutas. A tarefa da vanguarda é recuperar esse terreno perdido, porque as crises econômica e pandêmica continuam golpeando os explorados.

Além de distribuir o panfleto do Comitê, o POR interveio com um manifesto próprio, condenando o aumento de passagens, defendendo a convocação de uma Assembleia Geral da região para unir a luta, bem como a convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, pelo movimento. Esse é o caminho para retomar o método da ação direta, superar o isolamento, e conquistar a unidade dos explorados em torno às suas reivindicações.

Pernambuco

Campanha contra o aumento da tarifa, pela volta dos cobradores, e pelo passe livre

No dia 19 de janeiro, a Urbana-PE, sindicato patronal das empresas de transporte coletivo da Região Metropolitana do Recife (RMR), propôs ao governo do estado um aumento de 23% na tarifa do ônibus, passando para R\$ 4,60 (Anel A) e R\$ 6,25 (Anel B). A Corrente Proletária na Educação procurou articular uma frente de lutas, entrando em contato com várias entidades. Ao mesmo tempo, a União de Estudantes de Pernambuco (UEP) e UESPE (dirigidas pela UJR/PCR/UP) convocaram uma reunião presencial. Assim, a CPE/POR procurou fortalecer o chamado.

Na primeira reunião, em 24 de janeiro, houve a participação de várias correntes, sindicato dos rodoviários, movimentos do transporte, e entidades estudantis. Entre os presentes, havia já alguns dispostos a apresentar uma “contraproposta” à empresa. Nossa atuação foi importante para indicar a necessidade de luta unitária contra o aumento da tarifa, pela volta dos cobradores (fim da dupla-função), e pelo passe livre.

O sindicato dos rodoviários (dirigido pelo PSOL/Resistência) convocou uma reunião para 27 de janeiro, com lideranças comunitárias. Apenas um representante da associação de moradores do Iburá atendeu ao chamado, a reunião contou com a presença do MRT, MPL, UJC/PCB e Associação de ciclistas. Nossa fala foi de que já sabemos o plano da empresa e a cumplicidade do governador. Jogaram 23% para poder chegar a um aumento menor, como fruto da negociação. Não podemos nos prestar a essa encenação. Precisamos organizar um movimento

forte, combativo, com nossos métodos de luta, com grandes manifestações, bloqueios de garagens, rodovias e avenidas. Os encaminhamentos da reunião foram: 1) criar um comitê unificado: contra o aumento da tarifa, contra a dupla-função (volta dos cobradores) e pelo passe livre. Funcionamento com plenárias abertas e democráticas e comissões de trabalho; 2) propor aos integrantes do comitê que

ficado na quinta-feira, dia 3. Nota-se uma certa dispersão organizativa, com pouco engajamento das entidades com as tarefas práticas ou com a materialização dos encaminhamentos. Já aparecem propostas, geralmente apresentadas pelo PSOL, de consultar parlamentares, e fazer materiais de agradecimento, com fotos dos que se posicionem contra o aumento da tarifa. Trata-se da manifestação do eleitoralismo.

O presidente do sindicato dos rodoviários confirmou a crítica do POR, de que este espaço não serve para barrar a nova tarifa, pois, o posicionamento dele contra o aumento certamente será minoritário. Nota-se no debate, porém, que há expectativas de ampliar a ocupação nestes espaços. O que caracterizamos como um desvio da luta. No mesmo dia, participamos de uma panfletagem na Estação Recife, com nossa caixa de som.

convoquem assembleias das categorias em que atuam: estudantes, rodoviários e moradores. Houve informes e discussões sobre o conselho municipal de transporte. O presidente do sindicato dos rodoviários confirmou a crítica do POR, de que este espaço não serve para barrar a nova tarifa, pois, o posicionamento dele contra o aumento certamente será minoritário. Nota-se no debate, porém, que há expectativas de ampliar a ocupação nestes espaços. O que caracterizamos como um desvio da luta. No mesmo dia, participamos de uma panfletagem na Estação Recife, com nossa caixa de som.

No dia 28 de janeiro, houve nova reunião aberta, onde foi aprovada a criação do comitê e ações de comunicação e mobilização, com panfletagens e um ato uni-

O POR está atuando na construção do comitê. Além de contribuir com a elaboração e panfletagem do material aprovado coletivamente, mantivemos também nosso próprio material, que reproduzimos abaixo. Fizemos também a campanha na garagem da empresa Vera Cruz, com o boletim Nossa Classe e colagens. Nota-se que, apesar de o sindicato dos rodoviários estar ativo na campanha, ainda não há movimentações para envolver a categoria, convocando as assembleias. É preciso partir dos elementos favoráveis de realização de plenárias presenciais, envolvimento de entidades estudantis e do sindicato dos rodoviários, para erguer um movimento forte, que tenha em sua base as assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Fortaleza

Ato contra aumento da passagem

Direções sindicais se mantêm caladas



No dia 24 de janeiro, foi realizado, no terminal de ônibus da Parangaba, o ato contra o aumento da passagem de ônibus, em Fortaleza. Foi organizado pelo Bloco Combativo (POR, GEAP e FOB), e contou com a presença de estudantes, trabalhadores e ativistas. A nova tarifa entrou em vigor no dia 15/01, com a passagem passando de R\$ 3,60 para R\$ 3,90 (a inteira), e de R\$ 1,60 para R\$ 1,80 (a meia). O ato procurou mostrar que o aumento da tarifa piora as condições de vida dos trabalha-

dores e da juventude pobre, porque se soma ao insuportável arrocho salarial, ao aumento dos preços dos combustíveis, gás de cozinha, energia, óleo e da cesta básica em geral.

O POR denunciou em sua fala que os capitalistas do transporte (Sindiônibus) já haviam demitido 2 mil cobradores, desde 2019, e que, em pleno pico da Pandemia, reduziram descaradamente a frota de ônibus, protegendo seus lucros, enquanto os trabalhadores se contaminavam, a cami-

nho do trabalho. Denunciou igualmente os governos Sarto/PDT e Camilo/PT, como aliados do Sindiônibus, e que agem como protetores dos capitalistas, subsidiando o setor com R\$ 6 milhões/mês.

Entidades estudantis, como a UBES/UNE, e centrais, como a CUT e CTB, não realizaram um único ato, ou emitiram qualquer nota contra o aumento da passagem. A paralisia se explica pela completa subordinação à política de colaboração de classe com os governos burgueses. Todavia, Conlutas e Intersindical não se saíram melhor, expressando sua passividade costumeira.

O POR chamou atenção para o silêncio da CUT-CE, das entidades estudantis e demais partidos oportunistas, frente ao aumento da passagem. Interveio no ato com panfletos, bandeiras, e falas na caixa de som. Convocou os trabalhadores e estudantes, que passavam pelo terminal, a rejeitarem o aumento da passagem, a defenderem o passe livre para estudantes e desempregados, e a lutarem pela estatização sem indenização do sistema de transporte público municipal. O ato encerrou com palavras de ordem dos presentes contra o aumento da passagem.

Rio de janeiro

Nenhum aumento nos transportes públicos!

Constituir os comitês de luta



No dia 25 de janeiro, foi realizada a primeira manifestação contra o aumento da passagem de trem, de R\$ 5,00, para R\$ 7,00, na cidade do Rio de Janeiro. Um bloco composto pela FIST, FOB, PCO, POR e PT se concentrou no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro (DER), na Avenida Presidente Vargas, e foi em passeata até a Central do Brasil, onde ocorreu a concentração principal, se unindo às entidades do movimento estudantil e sindical, e outros partidos políticos.

O POR interveio com seu manifesto e com o Boletim Nossa Classe. No manifesto, denunciou a empresa SuperVia, que alega prejuízos financeiros, exigiu que a empresa abra seu livro caixa, e mostrou

o quanto a população será penalizada com esse aumento nas passagens.

No início de fevereiro, a empresa e o governo adiaram o aumento. A previsão é de que o reajuste passe a vigorar em 4 de março, com um valor menor. Não devemos baixar a guarda. É preciso impedir qualquer medida que coloque o peso da crise nas costas dos explorados. Por isso, está colocada a necessidade de constituir os comitês de luta nos locais de trabalho, estudo e moradia, bem como os comitês unificados. Que esse primeiro ato contra o aumento seja o começo de uma grande luta contra a elevação do custo de vida, que inclui as tarifas dos transportes, e em defesa dos empregos, salários e direitos.

Paraná

"Greve sanitária" e colaboração de classes

Na UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), o sindicato docente propôs, e uma assembleia virtual aprovou, recentemente, uma "greve sanitária" em face da decisão da universidade decidir a retomada das aulas presenciais. Essa greve consistiria NÃO em interromper os trabalhos, mas em realizá-los no formato virtual. A reitoria reagiu, denunciando que o sindicato NÃO tem competência para decidir essa questão, e ameaçando invalidar as eventuais aulas virtuais que se realizassem durante essa "greve sanitária". Depois disso, seguiu-se toda uma polêmica sobre a validação das aulas virtuais que o sindicato reivindica ser legítima, etc., etc. É a primeira vez que se postula uma greve que não interrompe o trabalho, apenas se propõe realizá-lo de outra forma, e que ainda leva o sindicato, a representação dos trabalhadores, a argumentar em favor da validade do trabalho realizado de modo remoto. É a desmoralização da ideia de uma greve.

Dado o desgaste provocado pela Pandemia, e ao alto índice de docentes e estudantes vacinados, essa peculiar "greve" tende a fracassar. Mas esse sindicato não defende sozinho a linha de continuar trabalhando no modo remoto. No Paraná, e em todas as universidades brasileiras, os sindicatos docentes – incluindo o ANDES-SN – aderiram à política do distanciamento social, ao "fique em casa", durante a Pandemia. Foi assim, desde março de 2020, quando fecharam fileiras pelo cancelamento do 18 de março, recuaram nas campanhas salariais, e deixaram os docentes desarmados, diante dos ataques dos governos federal e estaduais.

Embora existam razões científicas em favor do distanciamento social, é sabido que o regime capitalista não permite esta possibilidade aos milhões de trabalhadores que nunca deixaram de trabalhar ou sair a buscar alguma forma de se sustentar. Nessas condições, a orientação "científica" do fique em casa só serviu para desmobilizar e dispersar ainda mais os trabalhadores, impedindo-os de reagir organizadamente aos ataques aos seus empregos e salários. Por isso,

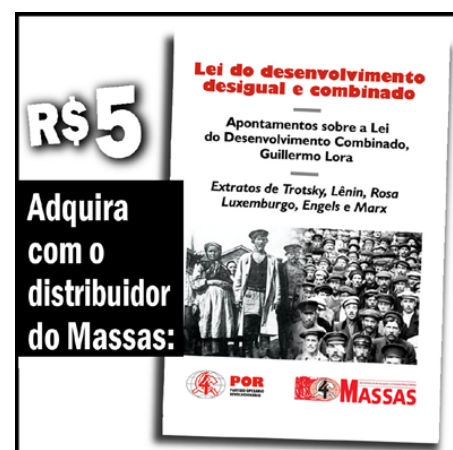
uma parte da burguesia (representada pelos governadores) fez a defesa dessa orientação. Ocorre que a burocracia sindical, de todas as centrais, se enfileirou por detrás dela, inclusive a Conlutas e os partidos que a compõem. Ao invés de ocupar as universidades e, em amplas assembleias gerais, formular as medidas necessárias para a proteção sanitária da comunidade, exigindo e confrontando o desmantelamento dos recursos públicos para enfrentar a Pandemia e manter funcionando as escolas, preferiram reforçar a orientação da burguesia. Renunciaram à independência de classe, se é que alguma vez a tiveram.

Como consequência dessa política, os trabalhadores não apenas continuaram amargando o arrocho salarial e aumento do desemprego, como tiveram ainda de suportar maiores retrocessos nos seus direitos, com a aprovação da lei que reduz salários e estabelece outras formas de contratação precárias. No caso das universidades paranaenses, essa política ajudou o governo Ratinho Jr. (PSD) aprovar a LGU (Lei Geral das Universidades), que reduz drasticamente o quantitativo de docentes e técnicos, interfere nos regimes administrativo e acadêmico, e ataca frontalmente autonomia universitária. Esta iniciativa estava sendo contestada e resistida pelos trabalhadores da universidade e estudantes, desde 2019, mas, em face do esvaziamento das universidades, o governo não encontrou resistência para aprová-la, no final do ano de 2021. Ao mesmo tempo, após 6 anos sem reposição salarial, os docentes e os funcionários públicos do Paraná continuam amargando perdas, que logo mais chegarão aos 40%.

Porém, no episódio da "greve sanitária", se manifesta também outra consequência, não menos grave: o apoio ao ensino a distância que, durante a pandemia, teve um incremento monumental. Os sindicatos docentes não enfrentaram a pressão do governo e das empresas de tecnologia digital quando, em fins de abril, obrigaram as universidades a implantar as modalidades remotas ou virtuais de ensino – cuidaram-se de não caracterizar abertamente como EaD – de

modo a justificar o pagamento dos salários. E não a enfrentaram, porque não tinham uma crítica ao EaD (num boletim do sindicato de Londrina, chegou-se a escrever que o EaD havia se originado para suprir os lugares distantes, onde não existiam escolas!), e porque os docentes estavam dispersos, cada um em suas casas. Nessas condições, a "crítica" ao EaD acabou sendo apoio, chegando ao absurdo de alguns sindicatos exigirem capacitação dos docentes para esta modalidade de ensino. Agora, que o retorno ao sistema presencial se impõe pelos altos índices de vacinação, ao se recusarem a dar aulas, tornaram-se os principais defensores do EaD. E, assim, começam a se chocar com estudantes, que, em algumas universidades, já estão se mobilizando pelo retorno às aulas presenciais.

Está mais do que evidente a falência desta orientação de colaboração de classes. E, se não for revertida, jogará esses sindicatos numa profunda desmoralização. Ao invés de continuar postulando o EaD, o que se coloca é a necessidade de ocupar as universidades com estudantes e docentes, de realizar assembleias unificadas, para determinar as medidas de proteção contra a contaminação, exigindo da burocracia universitária e do governo todos os recursos para proteger a saúde da comunidade universitária, inclusive os cuidados com o transporte público – utilizado majoritariamente pelos estudantes – que, durante a Pandemia, teve uma deterioração monstruosa, extinguindo linhas inteiras, e reduzindo drasticamente a quantidade de ônibus, "justificando" com a queda da arrecadação.



Rio Grande do Norte**A impostura da consulta on-line sobre a volta às aulas presenciais**

Os governos esperavam que, com o arrefecimento da Pandemia, logo as universidades retornariam à normalidade, depois de dois anos de quarentena e de ensino a distância. Praticamente, toda a atividade econômica passou a funcionar a pleno vapor há algum tempo. Mas, as universidades permaneceram desativadas, como um oásis em meio à tormenta. O surgimento de um novo ciclo de contaminação, com a variante Ômicron, fez com que se reabrisse a discussão sobre o recesso universitário. É nessa situação que a direção do DCE da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) decidiu fazer uma consulta on-line, dando ares de preocupação e seriedade.

Resultado: 38,6% se colocaram por aulas presenciais, 31,9%, por remotas e 29,5%, por híbridas. Desses números, a direção do DCE concluiu pela retomada das atividades presenciais por “etapas bem definidas”. Jogando com a ambiguidade do universo que respondeu pela forma híbrida, coloca no futuro o retorno presencial. Assim, pretende esconder a sua responsabilidade pela passividade das organizações estudantis perante a Pandemia e as suas brutais consequências sociais. Em particular, a direção do DCE da UERN, ao invés de levantar bandeiras de luta que viabilizassem a retomada das aulas presenciais, responsabilizando os governantes pela segurança sanitária de estudantes, professores e funcionários, não fez senão emitir recomendações à burocracia universitária e prefeitos, que servem à oligarquia, para que resolvessem o problema.

A conduta geral das direções estudantis – da UNE aos DCEs – foi a de acatar a política burguesa do isolamento social. Assim, seguiram a burocracia sindical das centrais e os partidos reformistas e centristas de esquerda, que se perfileram no campo da oposição a Bolsonaro, liderado pelo governador de São Paulo, João Doria.

Ceará**UECE anuncia o retorno das aulas presenciais.****É preciso lutar por melhores condições de ensino e contra o EAD**

No dia 31 de janeiro, a burocracia universitária, reunida virtualmente no CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), decidiu por unanimidade pelo retorno das aulas presenciais. A volta ocorrerá a partir de 7 de março, em todos os campi. Os estudantes devendo apresentar o passaporte vacinal, para ter acesso às dependências da UECE.

Durante os quase 5 semestres de aulas virtuais, o EaD avançou como nunca na universidade estadual, ao mesmo tempo em que a aprendizagem foi visivelmente prejudicada. As lutas foram suspensas, assim como as assembleias, conselhos de entidades e reuniões dos CA's. Os poucos atos públicos, quando ocorriam, nunca ultrapassaram seu caráter simbólico. Na UECE, como no conjunto

Houve uma capitulação generalizada das direções estudantis ao ensino a distância. O resultado foi catastrófico para os estudantes sem recursos, que frequentam as universidades públicas. Não por acaso, mesmo sabendo que os riscos de contaminação são grandes, 38,6% dos que responderam a favor da volta presencial indicaram a rejeição ao fraudulento ensino a distância.

Os horrores da Pandemia permanecem, mas os governantes já não falam em isolamento social, e muito menos em lockdown. Enquanto a vacinação e a imunização natural não quebrarem a força do vírus, a burguesia não tem mais nada a oferecer aos explorados, que têm de ir ao trabalho a todo custo. Essa é a dura realidade que a classe operária, a vasta massa de oprimidos e a juventude pobre, estão e terão de enfrentar, com suas reivindicações e combate à burguesia e aos seus governantes.

Os estudantes não devem e não podem ficar na dependência do ensino a distância, que é uma das excrescências mais perversas do capitalismo em decomposição. As direções estudantis que se refugiaram no mundo virtual serviram de auxiliares aos governantes, que tiveram e têm em suas mãos a tarefa de proteger as massas. Os interesses dos capitalistas, porém, estão acima de qualquer consideração social e humana.

Os estudantes poderiam ter jogado um importante papel na luta pela defesa da vida das massas, caso suas organizações tivessem convocados as assembleias e não abandonado os campi às moscas. O que se tem de fazer agora é preparar os estudantes para a volta às aulas presenciais. Convocar as assembleias, e reorganizar o movimento estudantil local, regional e nacional. Recuperar o terreno perdido, levantando um programa de reivindicações, pelo fim do ensino a distância, e pela autonomia universitária.

do movimento sindical, as direções se refugiaram no mundo virtual e suspenderam as lutas.

No retorno às aulas presenciais, os estudantes devem lutar por condições adequadas de ensino, não apenas as condições sanitárias (redução de alunos por turma, reforma e ampliação do RU, distribuição de máscaras PFF-2 e N-95, disponibilização de álcool em gel, etc.) mas, sobretudo, as condições de permanência estudantil. Muitos estudantes sofreram com o fechamento do RU, por mais de 2 anos. Outros tantos com a falta de residência, de bolsas, com o valor miserável desta, com a dificuldade de pagar transporte, etc. Lembremos que a UECE ainda padece com a precarização e o sucateamento do ensino. Prossegue a falta de professores, a precarização das condições de trabalho docente e a destruição da educação através do EaD.

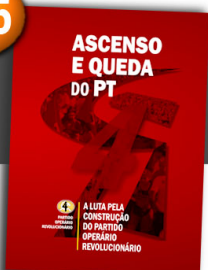
A CPE/POR se coloca pela reorganização do movimento estudantil, pela reativação dos Centros/Diretórios Acadêmicos e da urgente reabertura do DCE. O ponto de partida é a exigência de que as direções estudantis convoquem as assembleias presenciais, objetivando a assembleia geral da universidade, com estudantes, professores e funcionários, para aprovar um plano de recuperação das condições de ensino e trabalho, e de rejeição a todas as formas de ensino online.

Adquira com o distribuidor: R\$35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



MANIFESTAÇÃO DA OPRESSÃO DE CLASSE

O dia 29 de janeiro é considerado o dia da Visibilidade Trans. Essas datas acabam sendo simbólicas, tipicamente das aspirações de camadas da classe média. A própria noção de Visibilidade Trans corresponde a esse simbolismo. Os reformistas, centristas e eleitores os usam muito bem para seus interesses partidários e sindicais particulares. No entanto, a questão da repressão ideológica e física aos homossexuais é antiga e bárbara. Os aparatos do Estado burguês, instituições da sociedade civil e a família formam um círculo de fogo em torno às manifestações da natureza – como é o caso da sexualidade, sem se desconhecer que se processa em meio a relações sociais – impondo-lhes padrões externos, e reprimindo quando não são seguidos. A perseguição à homossexualidade é feroz. Por mais que os movimentos da pequena burguesia e de setores da própria burguesia tenham reagido e obtido direitos civis, e o reconhecimento de parte da população de que a homossexualidade é uma manifestação natural, a virulência ideológica e a violência física persistem, e nada indica que cederá, sob a sociedade de classes. Uma das dificuldades mais pesadas é a de lutar contra essa discriminação, sem desvinculá-la das demais formas de opressão, e sem partir de sua raiz de classe. Os números são reveladores.

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Em 2021, foram registrados 140 assassinatos, sendo 135 de travestis e mulheres transexuais, e cinco de homens trans e pessoas trans masculinas. Segue, pelo 13º ano consecutivo, liderando esse quadro violento e reacionário. Há que se destacar os métodos extremamente violentos desses assassinatos: em 2017, a travesti Dandara foi agredida a pauladas, teve sua agressão filmada e, em seguida, foi morta a tiros; em 2019, a travesti Quelly da Silva foi morta e teve seu coração arrancado; neste ano, já temos o assassinato da jovem trans Keron Ravach, de 13 anos, morta a pauladas. Além dos casos no Brasil, no qual São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco se destacam com mais homicídios, também foram identificados assassinatos de brasileiras trans em outros países, como França e Portugal.

Segundo o Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras, em 2021, a maioria das vítimas tinham entre 18 e 29 anos, 81 % se identificavam como pretas ou pardas, e muitas delas viviam da prostituição. Esse levantamento nos mostra a realidade social em que boa parte da população trans e travesti se encontra hoje, que tem sua raiz no desemprego, no aumento da fome e da miséria. Isso expressa claramente a marginalidade a que esse grupo social é empurrado. O avanço da crise econômica e os efeitos da crise sanitária seguem afetando violentamente os oprimidos. Além disso, há de se considerar o avanço

da direita e ultradireita nos últimos períodos, acelerando a destruição de direitos, e reforçando o papel reacionário do Estado e das demais instituições que expressam a ordem burguesa.

Sem se confundir com os objetivos reformistas e idealistas da pequena-burguesia, o marxismo-leninismo-trotskismo apoia as lutas democráticas dos oprimidos, na medida em que se chocam com o Estado e com as instituições que sustentam a opressão. As bandeiras e reivindicações dos explorados e oprimidos devem expressar a situação social das massas trabalhadoras, que sejam capazes de unir em uma única força social as reivindicações e os métodos da luta de classes.

A esquerda acadêmica, os partidos reformistas e centristas, e a pequena-burguesia se utilizam dos métodos do parlamento, das eleições, como um fim em si mesmo. Levantam suas reivindicações democratizantes aos oprimidos sempre limitadas às instituições e ao regime burguês – regime este em que os direitos dos oprimidos estão sempre ameaçados, quando não suprimidos – e desvinculados das necessidades das massas. Acreditam que a luta no campo ideológico e cultural é capaz de mudar o quadro de violência e exploração. Isso expressa o avanço do revisionismo na academia e nos partidos, como uma forma de “atualizar” o marxismo, mas que, na verdade, só se distanciam dele, na tentativa de desvincular a opressão da exploração capitalista.

Há de se ter a clareza de que a defesa dos direitos e demais reivindicações democráticas das pessoas trans e travestis é extremamente necessário, e mais ainda, de que as ilusões e limitações eleitorais não devem ser nosso horizonte de luta. Nenhum “salvador” será capaz de melhorar as condições de vida dessa camada da população, muito menos frear o avanço do obscurantismo religioso e de grupos de extrema direita, que avançam na medida em que os sindicatos, os partidos reformistas e os movimentos permanecem imbuídos na colaboração de classes, contendo o instinto de revolta dos explorados.

É extremamente importante o avanço da consciência de classe das grandes camadas sociais que sofrem discriminação e violência reacionária. O Partido Operário Revolucionário segue penetrando na classe operária e nos mais diversos setores de explorados e oprimidos. A bandeira das necessidades mais sentidas e imediatas das massas trabalhadoras deve orientar os grupos oprimidos, e trazê-los para o combate, com os métodos próprios de luta da classe revolucionária, que são as manifestações massivas parando a produção, as greves, piquetes, ocupações, e em defesa de um dia nacional de lutas. As várias formas de opressão de classe só serão resolvidas na sociedade comunista, e o caminho é o da revolução e ditadura proletárias.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Ato contra o assassinato do congolês Moïse

Mais um crime de classe da burguesia contra os trabalhadores

O congolês Moïse Kabagambe foi assassinado brutalmente, por cobrar de seu patrão o pagamento de R\$ 200,00 por dois dias de trabalho, num quiosque na Barra da Tijuca, área de elite do Rio de Janeiro. O caso ganhou repercussão nas redes nessa semana, com vídeos da família, e diversas declarações e notas de repúdio de organizações políticas. Os jornais reproduziram o vídeo do espancamento, indicando que três suspeitos já foram detidos. Trata-se de mais uma demonstração da barbárie capitalista em que vivemos, onde o racismo, a xenofobia etc., expressam a opressão de classe da burguesia sobre os explorados.

América Latina e Oriente Médio.

Moïse se viu obrigado a cobrar sozinho seu patrão pelo pagamento atrasado. Por trabalhar na informalidade, não contou com o apoio de sindicatos, nem com garantias trabalhistas. Trata-se de um crime de classe, pois, é mais um trabalhador morto pela ação da burguesia imperialista contra os oprimidos do mundo, ao devastar os países coloniais e semicoloniais, e obrigar as populações a imigrarem e aceitarem as condições mais degradantes de trabalho. O proletariado é internacional, por isso, deve estar irmanado em uma luta comum contra o imperialismo, e todas as

formas de opressão, em qualquer parte do globo.

Moïse se viu obrigado a cobrar sozinho seu patrão pelo pagamento atrasado. Por trabalhar na informalidade, não contou com o apoio de sindicatos, nem com garantias trabalhistas. Trata-se de um crime de classe, pois, é mais um trabalhador morto pela ação da burguesia imperialista contra os oprimidos do mundo, ao devastar os países coloniais e semicoloniais, e obrigar as populações a imigrarem e aceitarem as condições mais degradantes de trabalho. O proletariado é internacional, por isso, deve estar irmanado em uma luta comum contra o imperialismo, e todas as

formas de opressão, em qualquer parte do globo.

A exigência de justiça é um direito da família de ver os algozes presos e condenados. Mas a vanguarda, partidos e movimentos não podem confundir essa resposta com o problema geral, e se limitar a exigir da justiça burguesa a punição dos culpados. A maior justiça que pode ser feita por Moïse é a organização da luta da classe operária e dos demais trabalhadores para que isso não se repita. Estamos cansados de assistir a repetição dessa barbárie, que muda apenas a forma de um mesmo conteúdo. Porta-vozes da própria burguesia pedem justiça, que prende esse ou aquele criminoso, logo acaba sendo solto, mas a classe responsável pela sequência de acontecimentos como esse permanece oculta aos olhos dos oprimidos. Para responder consequentemente, a classe operária tem de tomar a frente da luta, com seu programa próprio de reivindicações.

O caso de Moïse reflete concretamente a luta contra o desemprego, contra o rebaixamento dos salários e contra a retirada de direitos. Reflete a luta contra a informalidade e terceirização que destroem a força de trabalho brasileira. Reflete a luta contra a fome, miséria e a carestia de vida, que massacram a classe operária e os demais trabalhadores brasileiros e imigrantes, que buscam aqui uma saída para a opressão sofrida em seus países.

O caso de Moïse reflete concretamente a luta contra o desemprego, contra o rebaixamento dos salários e contra a retirada de direitos. Reflete a luta contra a informalidade e terceirização que destroem a força de trabalho brasileira. Reflete a luta contra a fome, miséria e a carestia de vida, que massacram a classe operária e os demais trabalhadores brasileiros e imigrantes, que buscam aqui uma saída para a opressão sofrida em seus países.

Neste caso, se mistura o problema do racismo, com o da xenofobia. A crise geral do capitalismo impulsiona as migrações forçadas de países mais atingidos pela crise econômica, sanitária, por guerras, etc. Porém, os imigrantes, ao chegarem ao país-destino, que também está assolado pela crise, se deparam com a xenofobia, inclusive entre os próprios explorados, que acreditam que estão perdendo seus empregos para os estrangeiros. Não compreendem que a responsabilidade pela miséria, fome e desemprego é do capitalismo, que em sua decomposição agrava a barbárie social. É responsabilidade da ação da burguesia e seus governos, e não de seus irmãos trabalhadores, sejam eles de qual país for. A Pandemia deu um salto na crise econômica, gerando grande concentração de riqueza nas mãos da burguesia, de um lado, e desemprego e miséria, de outro. Pesa sobre os imigrantes a necessidade de aceitar os trabalhos mais precários, informais, sem qualquer direito ou garantia. Pesa ainda mais, quando esses imigrantes vêm de países devastados pela exploração imperialista, como os países da África,

suas formas de opressão, em qualquer parte do globo.

A exigência de justiça é um direito da família de ver os algozes presos e condenados. Mas a vanguarda, partidos e movimentos não podem confundir essa resposta com o problema geral, e se limitar a exigir da justiça burguesa a punição dos culpados. A maior justiça que pode ser feita por Moïse é a organização da luta da classe operária e dos demais trabalhadores para que isso não se repita. Estamos cansados de assistir a repetição dessa barbárie, que muda apenas a forma de um mesmo conteúdo. Porta-vozes da própria burguesia pedem justiça, que prende esse ou aquele criminoso, logo acaba sendo solto, mas a classe responsável pela sequência de acontecimentos como esse permanece oculta aos olhos dos oprimidos. Para responder consequentemente, a classe operária tem de tomar a frente da luta, com seu programa próprio de reivindicações.

O caso de Moïse reflete concretamente a luta contra o desemprego, contra o rebaixamento dos salários e contra a retirada de direitos. Reflete a luta contra a informalidade e terceirização que destroem a força de trabalho brasileira. Reflete a luta contra a fome, miséria e a carestia de vida, que massacram a classe operária e os demais trabalhadores brasileiros e imigrantes, que buscam aqui uma saída para a opressão sofrida em seus países.

Que a luta contra a opressão racial parta das necessidades mais sentidas dos pretos e pretas exploradas!

Que a luta contra a odiosa xenofobia seja pela defesa incondicional dos trabalhadores de qualquer país e pelos direitos dos imigrantes que aqui vivem!

Que as centrais sindicais e movimentos sociais convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como preparação para a greve geral no país!

FIES, PESADELO PARA OS ESTUDANTES

É necessária uma resposta urgente da juventude oprimida e das organizações estudantis

Durante a Pandemia, veio à tona a situação calamitosa dos estudantes, que usaram o FIES para cursar uma faculdade privada. Estima-se que 1,2 milhão de estudantes, que cursaram em 2017, estão em atraso com o pagamento. No entanto, a inadimplência não é um fato novo. Desde 2015, o número de jovens que recorre a esse contrato de financiamento vem caindo. De 732,6 mil contratos, em 2014, caiu para 45,8 mil, em 2021. Em parte, porque o governo vem adotando critérios mais rígidos para o acesso ao FIES, e fundamentalmente porque uma boa parcela não vê como pagar as parcelas da dívida, após o término do ensino superior.

Recentemente, o FIES sofreu mudanças: 1) no governo de Dilma Rousseff, houve modificações nas regras, entre elas, aumento da renda per capita, de 2 para 2,5 salários mínimos por mês, imposição da taxa de juros de 6,5% ao ano, e limite de contratos por ano; 2) no governo Temer, criou-se o “Novo FIES”, com regras ainda mais duras: o estudante tem de começar a pagar no mês seguinte ao término do curso, e ingresso no mercado de trabalho; prazo de 14 anos para quitar toda a dívida, e renda mínima de 5 salários mínimos. Essas mudanças serviram para reduzir o número de jovens necessitados do FIES. Mas, a partir do número alarmante de inadimplentes, Bolsonaro recorreu à justiça, para cobrar cerca de 584 mil estudantes, que estavam em atraso, alegando que há um rombo de R\$ 12 bilhões.

Esse é o retrato de uma política governamental de favorecimento do ensino superior privado. Ensino este que sempre dependeu de subsídios do Estado, ou de isenção fiscal, como é o caso das universidades tidas como confessionais, ou de programas público-privados. Governos, de diferentes colorações ideológicas, sempre defenderam a expansão do ensino privado superior, atraindo um setor da classe média, que tem dificuldade de arcar com o custo de uma educação particular, mas que aspira um diploma de nível superior. Assim, ao invés de abrir vagas nas universidades públicas, os governos criam programas de financiamento, para que os estudantes sustentem seus estudos à custa do endividamento bancário.

Esse propósito não tem nada novo. Desde a ditadura militar, particularmente no governo do general Geisel, se vêm implantando formas de financiamento. Geisel criou o Crédito Educativo (Creduc), em 1975. Fernando Henrique Cardoso o substituiu pelo FIES, em 1999. Lula e Dilma reformularam o FIES. Temer o requeitou, com o nome de “Novo FIES”, em 2018. E Bolsonaro, em janeiro de 2022, impôs uma Medida Provisória, para que o Congresso Nacional, até abril, aprove regras duras contra os mais de um milhão de inadimplentes.

Como se vê, os governos sempre incentivaram o ensino superior privado, em detrimento do público. O FIES e o Prouni (Programa Universidade para Todos, criado em 2004 pelo governo Lula, que institui bolsas parciais ou integrais) servem de exemplos. Ao mesmo tempo, volta e meia, vêm à tona as propos-

tas de fim do ensino superior público, com cobranças de mensalidades. Como há ainda alguma resistência, a privatização das universidades públicas se vem processando por meio de cursos de aperfeiçoamento, língua estrangeira, formação de professores, etc., que são promovidos no interior dos campi ou de forma on line. Basta ver as dezenas de cursos oferecidos pela USP, que são pagos, para citar apenas um exemplo. Com a Pandemia, avançou a privatização na modalidade de ensino a distância.

Diante da trágica situação dos estudantes endividados e da MP de Bolsonaro, o PT diz que defende a anistia das dívidas do FIES. Lula, rapidamente, lançou uma pergunta: “Por que o governo não pode anistiar a dívida de jovens que não conseguiram pagar a universidade?”. Certamente, faz parte do discurso do candidato petista, que está à frente nas pesquisas eleitorais. O que o PT e Lula não podem prometer é o acesso da juventude pobre e miserável, parcela que mal consegue concluir a educação básica, às universidades públicas. O governo do PT instituiu o Prouni para servir aos interesses dos empresários da educação, e criou regras mais rígidas para o acesso ao FIES.

A realidade dos endividados do FIES é a mesma da grande maioria das famílias. Os dados de dezembro indicavam que três, em cada quatro famílias, estavam endividadas, e que um quarto das famílias estão com dívidas ou contas atrasadas. Isso se deve ao desemprego e subemprego, aos baixos salários e à elevação do custo de vida. Com a elevação das taxas de juros, as dívidas acabam se tornando impagáveis.

Não há como enfrentar essa realidade a não ser organizando a luta. O problema está em que as direções das entidades estudantis estão envolvidas até à medula com o ensino a distância, recusam-se a convocar as assembleias para a volta das aulas presenciais, e estão de corpo e alma envolvidas com a eleição de Lula. Por sua vez, as direções sindicais rejeitam a organização uma poderosa luta em defesa dos empregos, salários e direitos, e contra as medidas de Bolsonaro de ataque à educação. O que coloca para a vanguarda classista a tarefa de trabalhar intensamente contra a política dos governos e a das direções sindicais e estudantis. As bandeiras da juventude oprimida são: cancelamento da dívida com o FIES, acesso da juventude pobre e miserável ao ensino superior público, estatização do sistema privado de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



Pernambuco

Ciclo de formação política do POR sobre o leninismo

No sábado, 29 de janeiro, o POR deu continuidade ao ciclo de formação política sobre o leninismo. A atividade teve por programação: 1) Formação leninista sobre a noção marxista sobre o partido, tratando do revisionismo e da relação entre teoria e prática revolucionárias; 2) Leitura e debate em torno à proposta de Resolução Internacional para o XVI Congresso do POR; 3) discussão sobre os próximos passos da luta na Frente dos Transportes em Recife.

da defesa da revolução e ditadura proletárias e, portanto, da luta de classes.

Lênin também denuncia os que tratavam a preservação dos princípios e método marxista como “dogmatismo” e, em nome da “liberdade de crítica” traziam para dentro do partido os ataques burgueses ao marxismo, usando a pequena-burguesia, sobretudo os acadêmicos, como canal. Destacou-se que o termo revisionismo não deve ser entendido como revisão ou melhoria, mas sim uma deturpação do méto-

Foi lida a epígrafe do “Que fazer?”, que traz a ideia de que a luta interior dá vitalidade ao partido, permitindo que suas fronteiras sejam nitidamente delimitadas, e que as depurações o fortalecem. Lênin denuncia o desprezo pela teoria, que acompanha os economicistas e reformistas, e recupera o pensamento de Engels sobre a importância da luta teórica, que se dá em unidade com a luta econômica e política. A conclusão é que, sem teoria revolucionária, não há ação revolucionária. Os presentes destacaram, em vários momentos, a vigência e atualidade do pensamento de Lênin para enfrentar as manifestações do ecletismo, revisionismo, reformismo e economicismo, que permanecem como obstáculos na tarefa de elevação da consciência das massas e construção do partido revolucionário.

Após a formação, houve o debate de parte da Resolução Internacional, com leituras de trechos, comentários, análises, dúvidas e discordâncias. O debate foi amplo, e novamente permitiu esclarecer elementos importantes, sobretudo sobre o papel da China e da Rússia na situação política internacional, seja na guerra comercial com os Estados Unidos, seja na manifestação das tendências bélicas da fase imperialista. Por fim, cumpriu-se o último item da pauta, planejando as ações práticas da luta para barrar o aumento da tarifa do transporte coletivo da região metropolitana do Recife, por passe livre para estudantes e desempregados, e pelo fim da dupla função motorista-cobrador.

Lênin denuncia o desprezo pela teoria, que acompanha os economicistas e reformistas, e recupera o pensamento de Engels sobre a importância da luta teórica, que se dá em unidade com a luta econômica e política. A conclusão é que, sem teoria revolucionária, não há ação revolucionária.

Foi feita a leitura do capítulo “Combate ao revisionismo”, do Livro “Lênin estrategista da revolução proletária”, que sintetiza o capítulo Dogmatismo e “Liberdade de crítica”, de “Que fazer?”. A leitura conjunta foi entremeada de comentários, dúvidas e debate. Destacou-se o combate ao revisionismo feito por Lênin na II Internacional, mostrando os problemas das formulações de Eduard Bernstein, que, no Partido Operário Social Democrata alemão, foi quem procurou dar uma base teórica para o reformismo. Essas ideias também influenciaram alas do movimento socialista na Rússia. Lênin faz, portanto, o combate aos que pretendiam fazer do partido um órgão defensor de reformas graduais no capitalismo, por meio da conciliação de classes, e mantém alta a bandeira

do e da teoria marxista da revolução. Esse revisionismo é feito com base no ecletismo (misturando ideias marxistas com ideias liberais) e, na prática, expressa as pressões de ideias burguesas nas fileiras do partido comunista. O reformismo também encontrou terreno fértil no sindicalismo, entre a ala economicista. Na formação, um dos presentes mencionou que, posteriormente, em “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, Lênin avançará na explicação de que essa tendência reformista se ancorou na formação de uma aristocracia operária. Mencionamos também que o combate ao revisionismo e ao reformismo foi feito por outros revolucionários, a exemplo do Rosa Luxemburgo.

O texto expressou o combate de Lênin pela formação do partido revolucionário.



R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

Lênin estrategista da revolução proletária

Apostamentos sobre a história do Partido Bolchevique

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova Coleção Editorial

Nesta edição:

- **CERQUI:** Escalada militar em torno à Ucrânia.
- **Ucrânia - Lênin:** *Os Kadetes e o problema da Ucrânia / Como o bispo Nikon defende os ucranianos? / Manifesto ao povo da Ucrânia / Resolução do CC do PC(b)R sobre o poder soviético na Ucrânia / Carta aos operários e camponeses da Ucrânia - Trotsky:* *A Questão Ucraniana / Stalin, administrador interino da Ucrânia.*
- **Bolivia:** Ainda sobre o problema dos movimentos antivacina.
- **Argentina:** Alberto Fernández fecha acordo com FMI.
- **Honduras:** A crise política condiciona o novo governo.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

**Declaração****Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional****Escalada militar em torno à Ucrânia**

Somente o proletariado organizado e em luta pode responder com seu programa e política próprios aos perigos da guerra

1 de fevereiro de 2022



A Rússia não pretende invadir e ocupar a ex-República Soviética da Ucrânia. Sua esperança é a de obter um acordo que estabeleça um limite para a expansão da OTAN e o armamento das ex-Repúblicas Populares do Leste Europeu e ex-Repúblicas Soviéticas, que vêm servindo de vassalas ao imperialismo. Os cem mil soldados, postos na fronteira com a Ucrânia, foram a única forma que o governo de Putin teve para abrir caminho às negociações. Se não fosse assim, os Estados Unidos da América (EUA) e aliados europeus, por meio da OTAN, apertariam ainda mais o cerco, incluindo a Ucrânia e a Geórgia no sistema de vassalagem.

Desde a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os EUA impulsionam um movimento de isolamento gradual da Rússia, uma vez que o imperialismo não pode conviver com uma potência regional, que como tal está obrigada a conservar seu poder econômico e militar sobre as inúmeras nacionalidades, que estiveram sob o domínio do velho império russo, e que se emanciparam com a revolução proletária de Outubro, vindo a constituírem-se como Repúblicas Socialistas Soviéticas, e membros federativos da URSS.

A Rússia deixou de ser uma potência imperial, sujeita aos avanços do capitalismo na época imperialista, em 1917, com a vitória da revolução, para se tornar uma cidadela da luta do proletariado mundial contra o capitalismo e a dominação imperialista. Ergueu-se em meio à Primeira Guerra Mundial e à guerra civil, e, imediatamente, garantiu o direito à autodeterminação dos povos oprimidos, e permitiu que se tornassem repúblicas independentes, livres do jugo imperial da Grã-Rússia, e livres para se associarem em uma federação socialista.

O imperialismo europeu, encabeçado pela Inglaterra e França, não conseguiu matar a revolução no nascedouro, e impedir que emergissem nações livres, voltadas a desenvolver o socialismo e a resistir ao combate mundial do imperialismo contra a sua estabilização e desenvolvimento. O proletariado e as massas camponesas deram milhões de vidas para derrotar a Alemanha, e impedir que a aliança imperialista vencedora (Entente) arrastasse a região sovietizada para a partilha do mundo imposta pelos vencedores.

A revolução proletária, não apenas libertou as nacionalidades oprimidas, como impediu que caíssem nos braços das

potências saqueadoras. A revolução proletária na Rússia rompeu um elo da cadeia do capitalismo, e o nascimento da URSS estabeleceu uma poderosa trincheira para o desenvolvimento das bases do novo regime socialista e da revolução mundial. A destruição da URSS se tornou o objetivo central do imperialismo. A sua derrocada resultaria na interrupção da transição do capitalismo ao socialismo, e, portanto, na derrocada geral do movimento revolucionário mundial.

A derrota esmagadora da Alemanha, na Primeira Guerra, perante a qual a Rússia revolucionária teve um papel de primeira magnitude, e a derrota das forças imperialistas, voltadas a esmagar a revolução, estabeleceram a base inicial da fortaleza que se erguia com enormes sacrifícios da classe operária e dos camponeses pobres, enfrentando a ruína da economia, a generalização da fome e a proliferação das epidemias.

Os EUA somente não foram mais ofensivos devido a desacordos entre os aliados europeus. Se dependesse da Inglaterra, a OTAN já teria dado passos mais ofensivos. Mas, as reticências da França e a resistência da Alemanha não têm permitido, por enquanto, estabelecer uma unidade voltada ao confronto aberto com a Rússia.

A Ucrânia, em particular, foi fundamental para o enfrentamento à contrarrevolução. A Alemanha, já derrotada, mantinha sua ocupação, em outubro de 1918. Os vencedores, Inglaterra, França e Estados Unidos, instavam os alemães a se manterem na Ucrânia, até que pudessem substituí-los. Em julho de 1919, o Exército Vermelho combatia a contrarrevolução, diretamente alimentada pela Entente, com armas e homens. O desenvolvimento da luta revolucionária e sua vitória na guerra civil, na Ucrânia, foram decisivos para firmar o curso de constituição da URSS. No presente, um século depois, voltou a ser uma região de guerra civil e de intervencionismo imperialista.

A derrubada do governo pró-Rússia na Ucrânia, em 2014, foi um dos sintomas da restauração capitalista, desintegração da URSS, enfraquecimento da Rússia e subordinação das ex-repúblicas populares do Leste e parte das ex-repúblicas soviéticas. O processo de restauração, que despontou já em 1923-1924, com a ascensão de Stalin ao poder, ganhou novas formas na Segunda Guerra Mundial, com a participação da URSS, nos acordos de uma nova partilha do mundo. A dissolução da III Internacional, em 1943, fez parte desse movimento retrógrado, que refletia inúmeras derrotas do proletariado neste período. É importante não desconhecer e não perder de vista as raízes do choque da Rússia com o imperialismo norte-americano, que passou a ter uma nova dimensão com o desmoronamento da URSS.

A tentativa de realizar a restauração capitalista por meios pacíficos, acordados e administrados, se mostrou inviável. Internamente, o fim da URSS se deu nas condições de decomposição do Partido Comunista, de divisão na oligarquia governante, e de golpe de Estado, dando lugar a esmagamentos de revoltas e eclosão de guerras civis. Externamente, os Estados Unidos passaram a montar o cerco à Rússia, por meio da OTAN. Os Estados vassalos, que passaram a fazer

parte desse braço armado das potências, servem de cobertura à intervenção do imperialismo norte-americano, a exemplo da Polônia.

Entre 2001 e 2002, o presidente George W. Bush fez uma ofensiva para realizar a incorporação, na OTAN, em cadeia, dos países que se desprenderam da URSS e do Pacto de Varsóvia. Evidenciou a Putin que a expansão era irreversível. E incitou as ex-repúblicas a ajudarem militarmente a Aliança Atlântica, no sentido de entregar seus territórios à instalação de bases militares. Agora, com a afronta de Putin, pesados armamentos foram transferidos dos países bálticos (Lituânia, Estônia e Letônia) para a Ucrânia. Essa resposta norte-americana reforça a constatação de que, objetivamente, o cerco militar que se fecha em torno à Rússia é uma ameaça à sua segurança.

Os EUA somente não foram mais ofensivos devido a desacordos entre os aliados europeus. Se dependesse da Inglaterra, a OTAN já teria dado passos mais ofensivos. Mas, as reticências da França e a resistência da Alemanha não têm permitido, por enquanto, estabelecer uma unidade voltada ao confronto aberto com a Rússia. Uma conflagração no território ucraniano, que contasse com a intervenção das forças imperialistas do Ocidente, certamente, provocará um estrago econômico em toda a Europa. Basta o fato de a Rússia abastecer em 30% de petróleo e 40% de gás natural os países europeus, e, em especial, a Alemanha, para se compreender o cuidado como estão tratando a escalada militar. Biden ameaça, com sanções econômicas, a Rússia; Putin conta com os interesses da Alemanha, França, Itália, Hungria, etc.

A reunião do Conselho de Segurança da ONU, convocada pelos EUA, contra o voto da Rússia e da China, não passou de um teatro de acusações conhecidas, mas refletiu a pressão do imperialismo norte-americano, junto aos membros da OTAN, em favor da escalada militar. Permanecem secretas a Carta dos EUA e a resposta da Rússia, emitidas depois do fracasso das negociações, em janeiro. Pelo teor da continuidade do choque, se sabe que os EUA mandaram as exigências de Putin às favas.

A disputa territorial da Rússia com a Ucrânia se fez por meio da anexação da Criméia, em 2014, logo após a vitória do referendo em favor da Rússia, sabe-se que foi uma ação forçada, embora tenha parecido democrática e pacífica. Já nas regiões de Donetsk e Lugansk, continua o rescaldo da guerra civil. A Rússia exige que sejam reconhecidas as respectivas repúblicas. O fortalecimento militar da Ucrânia representaria para a Rússia a continuidade da disputa territorial. O imperialismo não aceitou a perda da Criméia, ponto estratégico para o cerco à Rússia.

Em toda essa escalada militar, se sabe pouco sobre a atitude da classe operária, dos camponeses e da classe média. Tudo indica que a população, pouco informada e envolvida nos acontecimentos, espera uma solução diplomática, sem se dar conta de que está colocada a possibilidade de uma guerra, que começaria em solo ucraniano, e que, uma vez iniciada, poderia se tornar o epicentro de uma grande convulsão na Europa. As tendências cegas da desintegração do capitalismo, do agravamento das disputas comerciais, e da potenciação do militarismo, se fazem presentes no confronto da Rússia com os Estados Unidos, tendo a Ucrânia como campo de batalha.

Há que se considerar o agravamento da guerra comercial

entre os EUA e a China, principalmente com as medidas unilaterais tomadas pelo governo Trump, e seguidas pelo seu sucessor Biden. O governo chinês se viu obrigado a se alinhar com a Rússia, uma vez que necessitará dessa aliança, quando o conflito em torno a Taiwan tomar a dimensão que alcançou na Ucrânia.

A ordem mundial, que se edificou no final da Segunda Guerra, vem sendo paulatinamente desintegrada. A vitória do imperialismo contra as conquistas revolucionárias do proletariado mundial, que culminou com o desmoronamento da URSS, resultou, não na preservação dos equilíbrios de forças do pós-guerra, mas em um novo período de desequilíbrios, em que expressam a caracterização do marxismo-leninismo-trotskismo, de que o imperialismo é a etapa última do capitalismo, e, portanto, de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

As forças produtivas altamente desenvolvidas não mais cabem na partilha do mundo, resultante das duas grandes guerras. A URSS e seus satélites no Leste Europeu não poderiam sobreviver fechados em suas fronteiras, sem que a revolução proletária avançasse no continente europeu e demais latitudes. A hegemonia norte-americana se impôs como uma força contrarrevolucionária poderosa. A revolução na China poderia ser um fator decisivo na balança do processo de transição do capitalismo ao socialismo, mas padeceu do mesmo mal do nacionalismo, do burocratismo e do afastamento dos explorados na condução e decisões do Estado.

A República Soviética da Rússia começou a sofrer da degeneração, logo que a classe operária perdeu o controle dos órgãos de poder soviéticos criados pela revolução. A burocracia estatal, que se formou acima das massas operárias e camponesas, acabaria por sucumbir às pressões capitalistas e da ofensiva das potências contra o comunismo.

A Rússia, depois de tantas concessões aos EUA, se viu obrigada a reagir contra o cerco da OTAN, mas não com os métodos do proletariado, completamente erradicado no processo de restauração. Mas sim com o mesmo método exercido pelo imperialismo, para se impor às nações oprimidas. As populações das ex-repúblicas soviéticas perderam a confiança nos propósitos da burocracia ditatorial, que passou a exercer a

opressão nacional ainda no marco da URSS. Onde se manifesta opressão nacional, não há socialismo, mas capitalismo. No caso da ex-URSS, a restauração do capitalismo.

É com essa compreensão histórica – que expressa o programa da revolução e do internacionalismo proletários – que a vanguarda com consciência de classe terá de responder à ameaça de guerra, e à guerra se vier a se impor.

Na declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, de 18 de janeiro, se define a seguinte posição: “A política do proletariado mundial se volta contra o domínio imperialista e contra a burocracia restauracionista. O seu programa é o da revolução mundial, aplicado nas condições particulares da luta de classes, em cada país e região. A resposta à crise europeia se sintetiza na luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. A vanguarda ucraniana com consciência socialista deve lutar contra as forças que a arrastam para a guerra, com a bandeira “Por uma Ucrânia Soviética Independente”. Na Rússia, erguer a bandeira de

reconstituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sobre a base do programa da revolução de Outubro de 1917. Nos EUA e na Europa imperialistas, cabe aos explorados voltarem-se contra a militarização, a expansão da OTAN e a preparação da guerra, lutando sob a bandeira da revolução e do internacionalismo proletário. Não à guerra de domínio imperialista! Sim à guerra de classe contra a burguesia, pela derrocada do capitalismo e retomada da transição do capitalismo ao socialismo! Essa luta proletária depende da vanguarda com consciência de classe reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional”.

Diante da escala militar dos EUA e da OTAN, coloca-se a bandeira pelo fim da OTAN, e retirada imediata de suas bases militares nas ex-repúblicas populares do Leste Europeu e nas ex-repúblicas soviéticas. Na Rússia e na Ucrânia, combater sob a bandeira de autodeterminação das nações oprimidas, pela derrubada da burocracia governamental e da oligarquia burguesa, sob o programa de recuperação das conquistas da revolução proletária e da reconstituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Esse é o programa e a luta que unifica o proletariado e os demais explorados para marcharem sob a bandeira de fim das guerras imperialistas e pelos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Há que se considerar o agravamento da guerra comercial entre os EUA e a China, principalmente com as medidas unilaterais tomadas pelo governo Trump, e seguidas pelo seu sucessor Biden. O governo chinês se viu obrigado a se alinhar com a Rússia, uma vez que necessitará dessa aliança, quando o conflito em torno a Taiwan tomar a dimensão que alcançou na Ucrânia.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Acompanhando a segunda declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), publicamos um conjunto de documentos escritos por Lênin e republicamos o seu Manifesto “Carta aos operários e camponeses da Ucrânia em função das vitórias sobre Denikin”. Publicamos, também, o artigo de Trotsky “Stalin, administrador interino da Ucrânia” e republicamos o seu artigo “A questão ucraniana”. A Carta de Lênin e o arti-

go de Trotsky, republicados, estão no livro “Socialismo ou Barbárie”, editado pelo POR. Nesses documentos, se encontram as raízes da atual crise e a posição programática do marxismo-leninismo-trotskismo.

As declarações do CERQUI se apoiam nessas raízes. Novos problemas, certamente, surgiram na atualidade, como consequências da destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do

cercos militares à Rússia, imposto pelos Estados Unidos e a OTAN.

Somente com os fundamentos programáticos do internacionalismo proletário, é possível à vanguarda com consciência de classe se colocar no terreno da luta contra a possibilidade do choque entre Rússia e Estados Unidos evoluir para uma guerra. As seções do CERQUI devem cerrar fileiras em torno à linha internacionalista exposta nas declarações.

Os Kadetes e o problema da Ucrânia

Lênin, julho de 1913

Há muito tempo, a imprensa e a tribuna da Duma (por exemplo, no discurso do social democrata Petrovski) referem-se à completa indecência, o caráter reacionário e a insolência das manifestações de certos influentes kadetes (com o sr. Struve à frente), em torno ao problema ucraniano.

Alguns dias atrás, encontramos no Riech, órgão oficial do partido kadete, um artigo do sr. Mijaíl Moguilianski, colaborador regular do jornal, que não se pode passar por alto. O artigo é uma verdadeira fustigação chauvinista contra os ucranianos, por seu “separatismo”. “arriscado aventureirismo”, “delírio político”, “aventura política”, são algumas das expressões que abundam no artigo do sr. Mijaíl Moguilianski, partidário imaculado de Nóvoie Vremia, que se oculta sob o manto da “democracia”. Não obstante, o partido “democrata” constitucionista cobiça descaradamente este artigo, publica-o com simpatia e, com seu silêncio, aprova esse descarado chauvinismo.

O próprio sr. Mijaíl Moguilianski assinala que o Congresso de Estudantes de toda Ucrânia, realizado em Lvov, alguns social-democratas ucranianos, emigrados ucranianos da Rússia, falaram também contra a consigna de independência política da Ucrânia, falaram contra o social democrata Dontsov, que propôs a resolução sobre “uma Ucrânia independente”, aprovada no Congresso pela maioria dos presentes, com dois votos contra.

Assim, se deduz que nem todos os social-democratas coincidiram com Dontsov. Mas os social-democratas que polemizaram com ele esgrimiram argumentos próprios, discutiram na mesma tribuna, e procuraram convencer o mesmo auditório.

O sr. Mijaíl Moguilianski perdeu todo o sentido da elementar decência política, quando lançou contra Dontsov e contra o Congresso de Estudantes ucranianos sua grosseira investida, tomada do léxico dos centurionegristas, sabendo perfeitamente que, a seus adversários, lhes era impossível refutar as opiniões do Riech, que lhes era impossível falar diante de um auditório russo, da mesma tribuna e com igual energia, clareza e liberdade.

Nossos kadetes são democratas de fachada. E também são aqueles que toleram, sem um irado protesto, semelhantes impertinências dos kadetes. Os marxistas não se deixarão levar jamais por consignas nacionalistas, sejam grã-russas, polacas, judias, ucranianas e outras. Os marxistas não se esquecem tampouco o dever elementar que tem qualquer democrata, de combater qualquer perseguição a qualquer nação por seu “separatismo”, o dever de lutar pelo reconhecimento da igualdade plena incondicional das nações, e de seu direito à autodeterminação.

Podem defender opiniões diferentes acerca do que deve ser essa autodeterminação em cada caso concreto, do ponto de vista do proletariado. Pode e deve discutir-se com social-nacionalistas, como Dontsov, mas a nefasta perseguição ao “separatismo”, a perseguição a pessoas que não podem defender-se, é o cúmulo da sem-vergonhice da parte dos kadetes.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XX, Akal Editor)

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Como o bispo Nikon defende os ucranianos?

Lênin, 13 de setembro de 1913

Klevskaia Misl noticia que o bispo Nikon, direitista, deputado da Duma do Estado, foi o primeiro a assinar o projeto de lei, apresentado na Duma, sobre a escola e as associações ucranianas.

O projeto de lei diz: *“autoriza-se o ensino em idioma ucraniano nas escolas primárias, designar-se-á professores ucranianos; implantar-se-á o ensino do idioma ucraniano e da história da Ucrânia; não se perseguirão as associações ucranianas, nem se as fecharão à vontade das autoridades, que com frequência cometem uma descarada arbitrariedade”*.

Assim, pois, o bispo Nikon, membro do partido de Purishkiévich não gosta, em certos casos, da arbitrariedade.

O bispo Nikon tem toda a razão em supor que o problema que coloca é *“de extraordinária importância, e que afeta gravemente os 37 milhões de ucranianos”,* ao dizer que a *“rica, bela, talentosa, florescente e poética Ucrânia está condenada à degeneração, ao embotamento paulatino e à lenta extinção”*.

O protesto contra a opressão dos ucranianos pelos grão-russos é perfeitamente legítimo. Mas vemos com que argumentos o bispo Nikon defende as reivindicações ucranianas:

“O povo ucraniano não procura essa decantada autonomia, a restauração de Siech Zaporózhkaia (nota do editor – organização cossaca dos séculos XI e XVIII) ou algo do estilo; os ucranianos não são separatistas (...). Os ucranianos não são gente de origem estrangeira; são dos nossos, irmãos de sangue, e como tais não devem sofrer nenhuma limitação a respeito de seu idioma e do desenvolvimento de sua cultura nacional. De outro modo, nós equiparamos a nossos irmãos com eles, os judeus, polacos, georgianos e outros que são realmente de origem estrangeira”.

Assim, tudo se reduz a isso: o bispo ucraniano Nikon e outros que pensam como ele pedem aos latifundiários grão-russos que concedam privilégios aos ucranianos, baseando-se em que eles são seus irmãos, enquanto os judeus são gente de origem estrangeira! Ou seja, falando simples e francamente: porque os judeus e outros são de origem estrangeira, estamos de acordo em oprimi-los, se vocês nos fazem concessões.

É o conhecido quadro de defesa da “cultura nacional” por todos os nacionalistas burgueses, dos centurionegristas aos liberais,

e ainda, aos nacionalistas democratas burgueses!

O bispo Nikon se nega a compreender que não se pode proteger da opressão os ucranianos, se não se protege de toda a opressão, sem exceção, os demais povos, se não se apaga por completo da vida do Estado o conceito de “gente de origem estrangeira”, e se não se apoia na plena igualdade de direitos de todas as nacionalidades. Não se pode proteger ninguém da opressão nacional, se não se põe em prática, de maneira consequente, a mais ampla autonomia local e regional, e o princípio de que *todos* os assuntos do Estado devem solucionar-se de acordo com a vontade da maioria da população (isto é, o princípio da democracia consequente).

Para o bispo Nikon, a consigna de “cultura nacional” para os ucranianos não significa outra coisa que a difusão das ideias dos centurionegristas em idioma ucraniano; é a consigna da cultura ucraniana clerical.

Os operários politicamente conscientes compreenderam que a consigna de “cultura nacional” é um engano clerical ou burguês, tanto se se refere à cultura grã-russa, como à ucraniana, judia, polaca, georgiana, ou qualquer outra. Faz 125 anos, quando a nação não se havia dividido ainda em burguesia e proletariado, a consigna da cultura nacional podia ser um chamamento unitário e integral à luta contra o feudalismo e o clericalismo. Mas, desde então, a luta de classes entre a burguesia e o proletariado teve impulso em todas as partes. A divisão da nação “unida” em exploradores e explorados se converteu em um fato consumado.

Da cultura nacional em geral somente podem falar os clericais e a burguesia. Os trabalhadores somente podem falar da cultura internacional do movimento operário mundial. Essa é a única cultura que implica a plena, efetiva e sincera igualdade das nações, a inexistência da opressão nacional e o exercício da democracia. Somente a unidade e a fusão dos operários de todas as nações, em todas as organizações operárias, na luta contra o capital, conduzirão à “solução do problema nacional”.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XX, Akal Editor)

Manifesto ao povo da Ucrânia, com um ultimato à Rada da Ucrânia

Lênin, 3 de dezembro de 1917

Levando em conta os interesses da unidade e da união fraternal dos operários e das massas trabalhadoras e exploradas, que lutam pelo socialismo; e levando em conta o reconhecimento destes princípios em numerosas resoluções dos organismos da democracia revolucionária, dos soviets e, em particular, do II Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, o Conselho de Comissários do Povo, governo socialista da Rússia, confirma, mais uma vez, o direito à autodeterminação de todas as nações que foram oprimidas pelo czarismo e pela burguesia grã-russa, inclusive o direito destas nações de se separarem da Rússia.

Por isso, nós do Conselho de Comissários do Povo reconhecemos à República Popular da Ucrânia o direito de separar-se, por completo, da Rússia, ou de estabelecer com a República da

Rússia um pacto, no qual se fixe, entre ambas, relações federais, ou outras semelhantes.

Nós, do Conselho de Comissariado do Povo, desde já, reconhecemos, sem restrições nem reservas, tudo quanto se refira aos direitos nacionais e à independência nacional do povo ucraniano.

Não demos um só passo contra a república burguesa da Finlândia, que, no momento, continua sendo burguesa, que equivalha a restringir os direitos nacionais ou a independência nacional do povo finlandês; tampouco não daremos nenhum passo que restrinja a independência nacional de nenhuma nação – seja esta qual for – daquelas que integram ou desejam integrar a República russa.

Acusamos a Rada de uma falsa política burguesa, que acoberta, com frases nacionalistas, a política que se expressa há tempo no desconhecimento dos soviets e do poder soviético da Ucrânia (entre outras coisas, a Rada se negou a convocar imediatamente um congresso regional dos soviets ucranianos, como haviam exigido os soviets da Ucrânia). Essa falsa política, que não nos permite reconhecê-la como representante com plenos poderes das massas trabalhadoras e exploradas da República da Ucrânia, fez com que, nos últimos tempos, a Rada tomasse medidas que anulam qualquer possibilidade de acordo.

Foram em primeiro lugar medidas para a desorganização da frente. A Rada transfere e retira da frente as unidades ucranianas, mediante ordens unilaterais, destruindo assim a frente única comum, diante da delimitação das fronteiras, o que somente pode fazer-se por meio de um acordo formal entre os governos de ambas as repúblicas.

Em segundo lugar, a Rada começou a desarmar as tropas soviéticas que se encontram na Ucrânia.

Em terceiro lugar, a Rada presta apoio ao complô e à rebelião kadete-kaledinista, contra o poder soviético. Alegando, falsamente, supostos direitos de autonomia do “Don e do Kubán”, e, com isso, ocultando as ações contrarrevolucionárias de Kaledin, que se chocam com os interesses e as reivindicações da enorme maioria da população trabalhadora cossaca, a Rada permite que passem por seu território as tropas que vão se unir a Kaledin, e se nega deixar passar as que vão combatê-lo.

Dado que a Rada se coloca neste terreno de traição indescritível à revolução, no terreno de apoio aos kadetes e kaledinistas, os piores inimigos da independência nacional dos povos

da Rússia, os inimigos do poder soviético e das massas trabalhadoras e exploradas, ainda que fosse o órgão indiscutível do poder estatal supremo de uma república burguesa independente da Ucrânia, total e formalmente reconhecido, nos obrigaria a declarar-lhe a guerra sem nenhuma vacilação.

Neste momento, portanto, diante das circunstâncias expostas, o Conselho de Comissários do Povo coloca à Rada, diante dos povos das repúblicas da Ucrânia e da Rússia, as seguintes perguntas:

- 1) A Rada se compromete a abandonar as tentativas de desorganizar a frente comum?
- 2) A Rada se compromete, em seguida, a não deixar passar unidades militares de nenhum tipo com destino ao Don, aos Urais e outras partes, sem que haja o consentimento do comandante em chefe?
- 3) A Rada se compromete a ajudar as tropas revolucionárias em sua luta contra a rebelião contrarrevolucionária kadete-kaledinista?
- 4) A Rada se compromete a cessar suas tentativas de desarmar os regimentos soviéticos e a Guarda Vermelha Operária da Ucrânia, e a devolver imediatamente as armas de quem foram confiscadas?

No caso de não receber resposta satisfatória a essas perguntas, em 48 horas, o Conselho de Comissários do Povo considerará a Rada em estado de guerra declarada ao poder soviético da Rússia e da Ucrânia.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXVIII, Akal Editor)

Resolução do CC do PC(b)R sobre o poder soviético na Ucrânia

Lênin, 2 de dezembro de 1919

Depois de discutir o problema das relações com os trabalhadores da Ucrânia, agora libertados da ocupação transitória dos bandos de Denikin, o CC do PCR da Ucrânia resolve:

- 1) Para aplicar consequentemente o princípio de autodeterminação das nações, considera necessário reafirmar, uma vez mais, que o PCR mantém firmemente o ponto de vista do reconhecimento da independência da República Socialista Soviética da Ucrânia;
- 2) Considerando incontestável, para todo comunista e para todo operário politicamente consciente, a necessidade de estabelecer a mais estreita união entre todas as repúblicas soviéticas, em sua luta contra as forças ameaçadoras do imperialismo mundial, o PCR defende que a forma dessa união deverá ser determinada, em último caso, pelos próprios operários e camponeses trabalhadores ucranianos;
- 3) Atualmente, as relações entre a República Socialista Soviética da Ucrânia (RSSU) e a República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR) estão determinadas pelo vínculo federativo, baseado nas resoluções do Comitê Executivo Central de toda a Rússia, de 1º de julho de 1919, e do Comitê Executivo Central da Ucrânia, de 18 de maio de 1919;
- 4) Levando em conta que a cultura ucraniana (idioma, educação, etc.) foi oprimida, durante séculos, pelo czarismo russo e pelas classes exploradoras, o CC do PCR impõe, como um dever a todos os membros do partido, contribuir com todos os meios a eliminar quantos obstáculos se interponham ao livre desen-

- volvimento do idioma e da cultura ucranianos. Posto que os muitos séculos de opressão deram lugar ao surgimento de tendências nacionalistas entre os setores mais atrasados da população, os membros o PCR deverão atuar com a maior prudência em relação a essas tendências, e combatê-las explicando fraternalmente a identidade de interesses entre os trabalhadores da Ucrânia e da Rússia. Os membros do PCR residentes em território ucraniano deverão pôr em prática o direito das massas trabalhadoras a estudar no idioma ucraniano, e falar sua língua nativa em todos os organismos soviéticos; devem opor-se, com todos os meios, às tentativas de russificação, que relem a segundo plano o idioma ucraniano, e devem tornar esse idioma em um instrumento para a educação comunista das massas trabalhadoras. Deverão adotar imediatamente medidas para garantir que, em todos os organismos soviéticos, haja um número suficiente de empregados, cujo idioma seja o ucraniano, e que, no futuro, todos os empregados saibam falar na língua ucraniana;
- 5) É preciso garantir as relações mais estreitas entre os organismos soviéticos e a população camponesa nativa, para o que deverá estabelecer-se como norma que, inclusive nos primeiros momentos, ao constituírem-se os comitês revolucionários e os soviets, sejam maioria neles os camponeses trabalhadores, e que os camponeses pobres exerçam uma influência decisiva;
 - 6) Tendo em conta que na Ucrânia, em maior proporção ainda que na Rússia, a população é predominantemente camponesa,

é tarefa do poder soviético na Ucrânia ganhar a confiança, não só dos camponeses pobres, mas também de amplos setores do campesinato médio, cujos autênticos interesses os vinculam estreitamente ao poder soviético. Em particular, ainda que mantendo o princípio da política de abastecimento de víveres (armazenamento de cereais pelo Estado a preços fixos, requisição de excedentes), devem modificar-se os métodos de sua aplicação, adaptando-os cuidadosamente às condições do campo ucraniano. O objetivo imediato da política de abastecimento de víveres na Ucrânia deve ser a requisição de excedentes de cereais somente na medida estritamente limitada, que seja indispensável para abastecer os pobres da Ucrânia, os operários e o Exército Vermelho. Ao se fazer a requisição de excedentes, deve prestar-se especial atenção aos interesses dos camponeses médios, diferenciando-os cuidadosamente dos elementos kulacs. É imprescindível desmascarar, diante dos camponeses ucranianos, a demagogia contrarrevolucionária que procura convencê-los de que o objetivo da Rússia soviética é retirar cereais e outros produtos alimentares da Ucrânia para levar à Rússia. Todos os representantes do poder central, todos os militantes do partido, os instrutores do partido, etc., deverão considerar como seu dever incorporar amplamente nas tarefas de governo os camponeses pobres e médios. Com o mesmo objetivo (a instalação de autêntico poder dos trabalhadores), deverão tomar-se imediatamente medidas para impedir que os organismos soviéticos sejam inundados por elementos da pequena burguesia urbana da Ucrânia, que não tenham conhecimento das condições de vida das amplas massas camponesas, e que frequentemente se disfarçam de comunistas. A condição para admitir esses elementos nas fileiras do partido e

nos organismos soviéticos deverá ser uma verificação prática preliminar de sua capacidade e de sua fidelidade aos interesses dos trabalhadores, principalmente na linha de frente, nas fileiras do exército. Em toda a parte e em qualquer circunstância, esses elementos deverão ser colocados sob o rigoroso controle de classe do proletariado. Sabemos, por experiência, que, devido à falta de organização dos pobres, a maior parte das armas que se acham em poder da população rural ucraniana está concentrada, inevitavelmente, nas mãos dos kulacs e dos contrarrevolucionários, o que, na realidade, conduz, não à ditadura dos trabalhadores, mas à dominação dos bandidos kulacs. Em vista disso, é tarefa primordial para a organização da Ucrânia soviética, confiscar todas as armas e concentrá-las nas mãos do Exército Vermelho, operário e camponês;

- 7) Do mesmo modo, a política agrária deverá realizar-se prestando especial atenção à agricultura do campesinato pobre e médio. As tarefas da política agrária na Ucrânia são: a) Total abolição da propriedade latifundiária, que foi restabelecida por Denikin, e entrega das terras aos camponeses com pouca ou nenhuma terra; b) as explorações agrícolas estatais deverão organizar-se em número estritamente limitado, e deverão ser de uma dimensão limitada, em consonância, em cada caso, com os interesses dos camponeses da região; c) ao organizar os camponeses em comunas, em cooperativas de diversos tipos, etc. se deve aplicar estritamente a política do partido, que não permite neste sentido coerção alguma, deixando que os camponeses decidam livremente por si mesmos, e punindo com severidade qualquer tentativa de implantar o princípio da coerção.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXXII, Akal Editor)

Carta aos operários e camponeses da Ucrânia em função das vitórias sobre Denikin

Lênin – Publicado em 4 de janeiro de 1920

Camaradas, faz quatro meses, em fins de agosto de 1919, tive a oportunidade de dirigir uma carta aos operários e camponeses em função da vitória sobre Kolchak.

Agora volto a redigir essa carta especialmente para os operários e camponeses da Ucrânia, pelo motivo das vitórias sobre Denikin.

As tropas vermelhas ocuparam Kiev, Poltava e Járkov e avançam vitoriosamente para Rostov. Na Ucrânia, fermenta a insurreição contra Denikin. É preciso reunir todas as forças para derrotar definitivamente o exército de Denikin, que procurou restabelecer o poder dos latifundiários e capitalistas. Temos de destruir Denikin para pôr a salvo a mínima possibilidade de uma nova invasão.

Os operários e camponeses da Ucrânia devem conhecer os ensinamentos que todos os operários russos extraíram da conquista da Sibéria por Kolchak e de sua libertação pelas tropas vermelhas, depois de longos meses de tirania latifundiária e capitalista.

A dominação de Denikin na Ucrânia foi uma prova tão dura como a dominação de Kolchak na Sibéria. Não resta dúvida de que as lições dessa dura prova permitirão aos operários e camponeses da Ucrânia compreenderem – como ocorreu com os operários e camponeses dos Urales e Sibéria – as tarefas do poder soviético, o que os levará a defendê-lo com maior firmeza.

Na Grande Rússia ficou totalmente abolida a propriedade latifundiária. O mesmo tem de fazer na Ucrânia; e o poder soviético dos operários e camponeses ucranianos deve liquidar totalmente

a propriedade latifundiária, libertar completamente os operários e camponeses ucranianos da opressão dos próprios latifundiários. Mas, além dessa tarefa e de outras que se colocarão e ainda se colocam, tanto pelas massas trabalhadoras da Grande Rússia quanto as da Ucrânia, o poder soviético na Ucrânia tem suas tarefas específicas. Uma dessas tarefas específicas merece, na atualidade, a maior atenção. É o problema nacional ou, em outras palavras, o problema de se a Ucrânia será uma República Socialista Soviética da Ucrânia, separada e independente, ligada por uma aliança (federação) à República Socialista Federativa Soviética Russa, ou se a Ucrânia se fundirá com a Rússia, formando uma República Soviética única. Todos os bolcheviques, todos os operários e camponeses politicamente conscientes devem analisar atentamente esse problema.

A independência da Ucrânia foi reconhecida, tanto pelo Comitê Executivo Central da RSFSR (República Socialista Federativa Soviética Russa) como pelo Partido Comunista dos bolcheviques da Rússia. É, portanto, evidente e por todos reconhecido que somente os próprios operários e camponeses da Ucrânia podem decidir e decidirão em seu Congresso de Sovietes da Ucrânia, se a Ucrânia se fundirá com a Rússia ou se será uma república separada e independente e, nesse último caso, que vínculos federativos terão de estabelecer entre essa república e a Rússia.

Como deve se resolver este problema no que toca aos interesses dos trabalhadores e ao êxito de sua luta pela total emancipação

do trabalho do jugo do capital?

Em primeiro lugar, os interesses do trabalho exigem a confiança mais absoluta e a união mais estreita entre os trabalhadores dos diferentes países e diferentes nações. Os partidários dos latifundiários e capitalistas, da burguesia, se esforçam por dividir os operários, por avivar as discórdias e antagonismos nacionais, com o objetivo de debilitar os operários e fortalecer o poder do capital.

O capital é uma força internacional. Para vencê-lo é necessária uma união internacional de operários, uma fraternidade internacional de operários.

Nós somos inimigos dos antagonismos e das discórdias nacionais, do isolamento nacional. Somos internacionalistas. Estamos pela união estreita e a fusão completa dos operários e camponeses de todas as nações do mundo em uma República Soviética mundial única.

Em segundo lugar, os trabalhadores não devem esquecer que o capitalismo dividiu as nações em um pequeno número de grandes potências opressoras (imperialistas), nações livres e soberanas, e uma imensa maioria de nações oprimidas, dependentes e semi-dependentes, não soberanas. A criminoso e reacionária guerra de 1914-1918 acentuou esta divisão, inflamando com ela os ódios e rancores. Durante séculos foi se acumulando a indignação e a desconfiança das nações não soberanas e dependentes para com as nações dominantes e opressoras, como tal a Ucrânia diante de nações como a Grã-Rússia.

Queremos uma união voluntária de nações – uma união que exclua toda coerção de uma nação sobre outra – uma união que se baseia na mais plena confiança, em um claro reconhecimento da unidade fraternal, em um consentimento absolutamente voluntário. Uma união assim não pode realizar-se por golpe; para chegar a ela devemos atuar com enorme paciência e maior cuidado, para não malograr as coisas e não despertar desconfiança, e para que a desconfiança deixada por séculos de opressão latifundiária e capitalista, da propriedade privada e dos antagonismos provocados pela sua distribuição e redistribuição, possam desaparecer.

Devemos, portanto, nos empenhar firmemente em conseguir a unidade das nações e nos opor implacavelmente a tudo o que tende a dividi-las, e ao fazê-lo, devemos ser prudentes e pacientes, e fazer concessões às sobrevivências da desconfiança nacional. Devemos ser firmes e inexoráveis diante de tudo o que afeta os interesses fundamentais do trabalho em sua luta por emancipar do jugo do capital. O problema da demarcação de fronteiras, agora, no momento – pois nós aspiramos a completa abolição das fronteiras – não é um problema fundamental, importante, mas secundário. Em relação a esse assunto, podemos esperar, e devemos esperar, pois a desconfiança nacional pode ser muito tenaz nas amplas massas de camponeses e pequenos proprietários, e toda precipitação pode acentuá-la, em outras palavras, comprometer a causa da unidade total e definitiva.

A experiência da revolução operária e camponesa da Rússia, a Revolução de Outubro-Novembro de 1917 e dos dois anos de luta vitoriosa contra a agressão dos capitalistas internacionais e russos, demonstrou com clareza meridiana que os capitalistas conseguiram, por algum tempo, explorar a desconfiança nacional dos camponeses e dos pequenos proprietários poloneses, lituanos, estônios e finlandeses diante do Grã-russo que conseguiram, por um tempo, semear discórdia entre eles e entre nós, apoiando-se nessa desconfiança. A experiência demonstrou que essa desconfiança se desvanece e desaparece muito lentamente, e que quanto mais cuidado e paciência tenham os Grã-russos, que durante tanto tempo foram uma nação opressora, com tanta e maior segurança se

dissipará essa desconfiança. Foi precisamente por ter reconhecido a independência dos Estados polônês, lituano, letão, estônio e finlandês, que estamos ganhando lenta, mas firmemente, a confiança das massas trabalhadoras dos pequenos Estados vizinhos, mais atrasadas e mais ludibriadas e oprimidas pelos capitalistas. Este caminho é mais seguro para arrancá-las da influência de “seus” capitalistas nacionais e conduzi-las com plena confiança para a futura República Soviética internacional unida.

Enquanto a Ucrânia não se libertar completamente de Denikin e não se reunir ao Congresso de toda a Ucrânia de Sovieter, seu governo é o Comitê Militar Revolucionário da Ucrânia. Além dos comunistas bolcheviques ucranianos estão os comunistas borotbistas ucranianos, que trabalham nesse Comitê Revolucionário como membros do governo. Os borotbistas se distinguem dos bolcheviques, entre outras coisas, porque defendem a independência incondicional da Ucrânia. Os bolcheviques não farão disso um objeto de divergências e desunião, não consideram que isso seja obstáculo para um trabalho proletário harmônico. Deve haver unidade na luta contra o jugo do capital e pela ditadura do proletariado, e não deve haver rompimento entre comunistas pelo problema das fronteiras nacionais ou de se os vínculos entre os Estados devem ser federativos ou outros. Entre os bolcheviques, há partidários da independência total da Ucrânia, partidários de uma união federativa mais ou menos estreita e partidários da fusão total da Ucrânia com a Rússia.

Não deve haver divergências por esses problemas. O Congresso de Sovieter da Ucrânia os resolverá.

Se um comunista Grã-russo insiste na fusão da Ucrânia com a Rússia, os ucranianos podem muito bem suspeitar que defende essa política, não por levar em conta a unidade dos proletários na luta contra o capital, mas pelos preconceitos do velho nacionalismo Grã-russo, imperialista. Essa desconfiança é natural e até certo ponto inevitável e legítima, já que os Grã-russos, sob o jugo dos latifundiários e capitalistas, difundiram durante séculos o infame e odioso preconceito do chovinismo Grã-russo.

Se um comunista ucraniano insiste na independência nacional incondicional da Ucrânia, se presta a que se suspeite que ele defende essa política, não em função dos interesses momentâneos dos operários e camponeses ucranianos em sua luta contra o jugo do capital, mas por causa dos preconceitos nacionais pequeno burgueses do pequeno proprietário. A experiência tem apresentado centenas de exemplos de “socialistas” pequeno burgueses de diferentes países – todos os diversos pseudosocialistas poloneses, letões e lituanos, os mencheviques georgianos, os esseristas, etc. – que se disfarçam de partidários do proletariado com o único objetivo de promover de forma fraudulenta uma política de conciliação com “sua” burguesia nacional contra os operários revolucionários. Vimos isso no caso do governo de Kerenski na Rússia, fevereiro-outubro de 1917; vimos e continuamos vendo em todos os demais países.

Assim, pois, é muito fácil que surja a desconfiança mútua entre os comunistas Grã-russos e ucranianos. Como combater essa desconfiança? Como vencê-la e estabelecer uma confiança mútua?

A melhor maneira de conseguir é trabalhando em comum para defender a ditadura do proletariado e o poder soviético na luta contra os latifundiários e capitalistas de todos os países e contra suas tentativas de restabelecer sua dominação. Essa luta comum demonstrará claramente na prática que, qualquer que seja a solução que se dê ao problema da independência nacional ou das fronteiras, deve existir uma estreita aliança militar e econômica entre os operários Grã-russos e ucranianos, pois de outro modo os

capitalistas da “Entente”, isto é, da “aliança” dos países capitalistas mais ricos – Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão e Itália – nos esmagará e nos estrangulará estando separados. Nossa luta contra Kolchak e Denikin, a quem estes capitalistas proporcionaram dinheiro e armas, é um claro exemplo desse perigo.

Aquele que socava a unidade e a aliança mais estreita entre os operários e camponeses Grã-russos e ucranianos ajuda aos Kolchak e aos Denikin, aos bandidos capitalistas de todos os países.

Por isso, nós, os comunistas Grã-russos, devemos reprimir rigorosamente a menor manifestação de nacionalismo Grã-russo que surja entre nós, pois essas manifestações, que são em geral uma traição ao comunismo, causam um dano enorme ao nos separar dos camaradas ucranianos, e com isso fazem o jogo de Denikin e de seu regime.

Assim, nós, os comunistas Grã-russos, devemos fazer concessões quando existem diferenças com os comunistas bolcheviques e borotbistas ucranianos, e quando essas diferenças se referem à independência nacional da Ucrânia, às formas de sua aliança com a Rússia e, em geral, ao problema nacional. Mas todos nós, os comunistas Grã-russos, os comunistas ucranianos e os comunistas de qualquer outra nação, devemos ser inflexíveis e intransigentes nas questões básicas e fundamentais, que são as mesmas para todas as nações, nas questões da luta do proletariado, da ditadura do proletariado; não podemos admitir compromissos com a burguesia nem a menor divisão das forças que nos defendam contra Denikin.

Denikin tem de ser vencido, aniquilado, e deve se impedir a repetição de invasões como as suas. Esse é o interesse fundamental tanto dos operários e camponeses Grã-russos como dos ucranianos. A luta será longa e difícil, pois os capitalistas do mundo interior ajudam Denikin e ajudarão aos Denikins de todo gênero.

Nessa luta longa e difícil, nós, os operários grã-russos e ucr-

nianos, devemos marchar estreitamente unidos, pois separados não poderemos certamente fazer frente à nossa tarefa. Sejam quais forem as fronteiras da Ucrânia e Rússia, sejam quais forem as formas de suas relações estatais mútuas, isso não é tão importante.

É um problema no qual se podem e se devem fazer concessões, no qual pode ensaiar isto, aquilo e o outro; a causa dos operários e camponeses, da vitória sobre o capitalismo, não sucumbirá por causa disso.

Mas se não sabermos marchar estreitamente unidos, únicos contra Denikin, unidos contra os capitalistas e os kulaks de nossos países e de todos os países, a causa do trabalho sucumbirá certamente, por longos anos, no sentido de que os capitalistas possam derrotar e estrangular tanto a Ucrânia soviética como a Rússia soviética.

E o que a burguesia de todos os países, e toda sorte de partidos pequeno burgueses – isto é, partidos “conciliadores” que se aliam com a burguesia contra os operários – mas se esforçaram por conseguir é a divisão dos operários das diferentes nacionalidades, suscitar a desconfiança e desbaratar a estreita união internacional e a fraternidade internacional dos operários. Se a burguesia conseguir, a causa dos operários está perdida. Os comunistas da Rússia e Ucrânia, portanto, devem, mediante um esforço coletivo, paciente, perseverante e tenaz, frustrar as maquinações nacionalistas da burguesia e vencer os preconceitos nacionalistas de toda índole, e dar aos trabalhadores do mundo inteiro um exemplo de aliança verdadeiramente firme entre os operários e camponeses de diferentes nações na luta pelo poder soviético, pela derrocada do jugo dos latifundiários e capitalistas e pela República Soviética Federativa Mundial.

Lênin, 29 de dezembro de 1919

(Extraído das Obras Completas, tomo XXXII, V. Lênin, pág.280)

A Questão Ucraniana

Leon Trotsky – 22 de abril de 1939

A questão ucraniana, que muitos governos e tantos “socialistas” e mesmo “comunistas” têm procurado esquecer ou relegar às profundezas da história, acha-se novamente na ordem do dia, desta vez com força dobrada. O recente agravamento da questão ucraniana relaciona-se intimamente com a degeneração da União Soviética e do Comintern, os êxitos do fascismo e a iminência de uma nova guerra imperialista. Crucificada por quatro estados, a Ucrânia ocupa, agora, no destino da Europa, a mesma posição que uma vez ocupou a Polônia, com a diferença de que as relações mundiais são atualmente muito mais tensas e os ritmos do processo muito mais acelerados. No futuro imediato, a questão ucraniana está destinada a jogar um importante papel na vida europeia. Por isso, Hitler propôs tão ruidosamente a criação de uma “Grande Ucrânia”; e foi também por isso que arrumou esta questão com tão cuidadosa rapidez.

A Segunda Internacional, exprimindo os interesses da burocracia e a aristocracia operária dos estados imperialistas, ignorou completamente a questão ucraniana. Inclusive a sua ala esquerda não lhe dedicou a necessária atenção. Basta lembrar como Rosa Luxemburgo, apesar do seu brilhante intelecto e do seu espírito genuinamente revolucionário, julgou admissível afirmar que a questão ucraniana era a invenção de uma plêiade de intelectuais. Esta posição deixou uma profunda marca até no próprio Partido Comunista Polonês. Os dirigentes oficiais da seção polonesa do

Comintern viram a questão ucraniana mais como um empecilho do que como um problema revolucionário. Daí as constantes tentativas oportunistas de desviar a questão, suprimi-la, passá-la silenciosamente por alto ou adiá-la para um futuro indefinido.

O Partido Bolchevique, não sem dificuldade e só gradualmente, sob a constante pressão de Lênin, pôde adquirir uma focagem correta da questão ucraniana. O direito à autodeterminação, quer dizer, à separação, foi estendido igualmente por Lênin, quer para os poloneses, quer para os ucranianos. Ele não reconhecia nações aristocráticas. Toda tentativa de evadir ou adiar o problema de uma nacionalidade oprimida considerava a expressão do chauvinismo grão-russo.

Após a tomada do poder, teve lugar no partido uma séria luta pela solução dos numerosos problemas nacionais herdados da velha Rússia czarista. No seu caráter de comissário do povo para as nacionalidades, Stálin representou invariavelmente a tendência mais burocrática e centralista. Isto se tornou especialmente evidente na questão da Geórgia e na da Ucrânia^b. Até hoje, a correspondência não tem sido publicada. Esperamos poder editar a pequena parte de que dispomos. Cada linha das cartas e propostas de Lênin vibra com a urgência de conformar, na medida do possível, aquelas nacionalidades que tinham sido oprimidas no passado. Ao contrário, nas propostas e declarações de Stálin, salientava invariavelmente a tendência para o centralismo burocrá-

tico. Com o fim de garantir “necessidades administrativas”, quer dizer, os interesses da burocracia, as mais legítimas reclamações das nacionalidades oprimidas foram declaradas manifestações de nacionalismo pequeno burguês. Estes sintomas já podiam perceber-se bem cedo, em 1922-1923. Desde esse momento, tiveram um monstruoso crescimento, levando a uma completa asfixia qualquer tipo de desenvolvimento nacional independente dos povos da URSS.

Na concepção do velho Partido Bolchevique, a Ucrânia Soviética estava destinada a se converter no poderoso eixo à volta do qual adeririam as outras seções do povo ucraniano. Durante o primeiro período da sua existência, é indiscutível que a Ucrânia Soviética foi uma poderosa força de atração em relação às nacionalidades, além de estimular a luta dos operários, os camponeses e a intelectualidade revolucionária da Ucrânia Ocidental, escravizada pela Polónia. Mas, durante os anos da reação termodoriana, a posição da Ucrânia Soviética e, com ela, a reclamação da questão ucraniana no seu conjunto, mudou bruscamente. Quanto mais profundas foram as esperanças despertadas, mais tremendas foram as desilusões.

A burocracia também estrangulou e saqueou o povo da Grande Rússia. Mas, nas questões ucranianas, as coisas complicaram-se ainda mais pelo massacre das esperanças nacionais. Em nenhuma outra parte, as restrições, purgas, repressões e, em geral, todas as formas de brutalidade burocrática assumiram dimensões tão assassinas como na Ucrânia, ao tentar esmagar poderosos anseios de maior liberdade e independência profundamente arraigados nas massas. Para a burocracia totalitária, a Ucrânia Soviética tornou-se numa divisão administrativa da unidade econômica e de uma base militar da URSS. Que não fique qualquer dúvida: a burocracia de Stálin ergue estátuas à memória de Shevchenko, mas o faz apenas com fim de esmagar mais minuciosamente o povo ucraniano sob o seu peso, e obrigá-lo a cantar hinos à camarilha violadora do Kremlin, no idioma do Kobzar¹.

A respeito das partes da Ucrânia que hoje estão fora das suas fronteiras, a atitude atual do Kremlin é a mesma que com todas as nacionalidades oprimidas, as colônias e semicolônias: são moedas de troca nas suas combinações internacionais com os governos imperialistas. No recente Décimo oitavo Congresso do “Partido Comunista”, Manuïlski, um dos mais repugnantes renegados do comunismo ucraniano, explicou com bastante franqueza que não só a URSS, como também o Comintern (a “falsa-união” segundo a formulação de Stálin) se recusavam a solicitar a emancipação dos povos oprimidos, quando os seus opressores não eram inimigos da camarilha moscovita no poder. Stálin, Dimitrov e Manuïlski defendem atualmente a Índia contra o Japão, mas não contra Inglaterra. Os burocratas do Kremlin estão prontos a ceder de vez a Ucrânia Ocidental à Polónia, em troca de um acordo diplomático que lhes pareça proveitoso.

Estão longe os dias em que só se atreviam a episódicas combinações. Não resta rastro da anterior confiança e simpatia das massas ucranianas pelo Kremlin. Desde a última “purga” assassina na Ucrânia, ninguém no ocidente quer passar a fazer parte da satrápia do Kremlin, que continua a levar o nome da Ucrânia Soviética. As massas operárias e camponesas da Ucrânia Ocidental, da Bukovina, dos Cárpatos ucranianos, estão confusas: a quem recorrer? O que pedir? Esta situação desvia naturalmente a liderança para as camarilhas ucranianas mais reacionárias, que exprimem o seu “nacionalismo”, tentando vender o povo ucraniano a um ou outro imperialismo, em pagamento de uma promessa de independência fictícia. Sobre esta trágica confusão, Hi-

tlar baseia a sua política na questão ucraniana. Temos dito numa ocasião: se não fosse por Stálin (por exemplo, a fatal política do Comintern na Alemanha), não haveria Hitler. A isso pode acrescentar-se agora: se não fosse pela violação da Ucrânia Soviética por parte da burocracia estalinista, não haveria política hitlerista na Ucrânia.

Não é preciso estender a análise sobre os motivos que levaram Hitler a descartar, sequer por um tempo, a palavra de ordem da “Grande Ucrânia”. Estes motivos devem procurar-se, de um lado, nas fraudulentas ligações com o imperialismo alemão e, de outro, no temor de evocar um espírito maligno que poderia ter resultado difícil de exorcizar. Hitler presenteou os sanguinários húngaros com os Cárpatos ucranianos. Embora não o fizesse com a aprovação expressa de Moscou, e sim pelo menos com a segurança de que esta aprovação haveria de chegar no futuro. É como se Hitler tivesse dito a Stálin: “Se me estivesse preparando para atacar amanhã a Ucrânia Soviética, teria mantido os Cárpatos nas minhas mãos”. Em resposta, Stálin, no Décimo Oitavo Congresso, saiu abertamente em defesa de Hitler, contra as calúnias das “democracias ocidentais”: Hitler tenta atacar a Ucrânia? Nada disso! Lutar contra Hitler? Não há a menor razão para fazer isso. Obviamente, Stálin interpreta como um ato de paz a entrega à Hungria dos Cárpatos ucranianos.

Isto significa que parte do povo ucraniano se tornou moeda de troca para os cálculos internacionais do Kremlin. A Quarta Internacional deve compreender com clareza a enorme importância da questão ucraniana, não apenas no destino do leste e sudeste europeus, mas da Europa no seu conjunto. Trata-se de um povo que demonstrou a sua viabilidade, numericamente igual à população da França, e que ocupa um território excepcionalmente rico e, aliás, da maior importância estratégica. A questão da sorte da Ucrânia está colocada em todo o seu alcance. Cumpre uma palavra de ordem clara e definida, que corresponda à nova situação. Em minha opinião, há na atualidade uma única palavra de ordem: Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente.

Este programa está, antes de tudo, em irreconciliável contradição com os interesses das três potências imperialistas: Polónia, Romênia e Hungria. Só pacifistas irremediavelmente imbecis são capazes de julgar que a emancipação e unificação da Ucrânia pode levar-se a termo por meio de pacíficas conversas diplomáticas, referendos ou decisões da Liga das Nações, etc. Com certeza, não são melhores as soluções que propõem os “nacionalistas”, que consistem em se colocarem a serviço de um imperialismo contra o outro. A tais aventureiros, Hitler lhes deu uma impagável lição, entregando (por quanto tempo?) os Cárpatos aos húngaros, que imediatamente exterminaram não poucos ucranianos leais. Enquanto a questão depender do poderio militar dos estados imperialistas, a vitória de um bando ou outro só pode significar um novo desmembramento, e uma vassalagem ainda mais brutal do povo ucraniano. O programa de independência da Ucrânia na época do imperialismo está direta e indissolivelmente ligado ao programa da revolução proletária. Seria criminoso alimentar alguma ilusão sobre isso.

Mas – gritarão em coro os “amigos” do Kremlin – a independência da Ucrânia Soviética significaria a sua separação da URSS? O que tem isso de terrível? – contestamos. É-nos alheio o culto apaixonado pelas fronteiras estatais. Não sustentamos a posição de uma totalidade “unida e indivisível”. Depois de tudo, inclusive a Constituição da URSS reconhece o direito dos seus povos federados à autodeterminação, quer dizer, à separação.

Assim, nem sequer a própria oligarquia do Kremlin ousa negar tal princípio, embora só tenha vigência no papel. A mais mínima tentativa de apresentar abertamente a questão de uma Ucrânia independente significaria a imediata execução, sob a acusação de traição. Mas é precisamente este desprezível equívoco, esta desapiedada perseguição de todo pensamento nacional livre, o que tem levado as massas trabalhadoras da Ucrânia, em grau muito maior do que as da Grande Rússia, a considerar monstruosamente opressivo o domínio do Kremlin. Perante uma tal situação interna, é naturalmente impossível falar que a Ucrânia Ocidental se una voluntariamente à URSS, do modo como esta é atualmente. Por consequência, a unificação da Ucrânia pressupõe a libertação da Ucrânia Soviética da bota estalinista. Também nesta questão a camarilha bonapartista colherá o que tem semeado.

Mas, não significaria isto o enfraquecimento militar da URSS? – uivarão com horror os “amigos” do Kremlin. Respondemos que o enfraquecimento da União Soviética se deve às tendências centrífugas em permanente crescimento, que gera a ditadura bonapartista. Em caso de guerra, o ódio das massas à camarilha governante pode levar ao colapso das conquistas de Outubro. A fonte dos sentimentos derrotistas acha-se no Kremlin. Em troca, uma Ucrânia Soviética independente se converteria, embora apenas fosse por interesse próprio, num poderoso baluarte sul ocidental da URSS. Quanto mais depressa for socavada, derrubada, esmagada e varrida a atual casta bonapartista, mais firme se tornará a defesa da República Soviética, e mais seguro estará o seu futuro socialista.

Naturalmente, uma Ucrânia independente de operários e camponeses poderia, a seguir, unir-se à Federação Soviética; mas voluntariamente, sobre condições em que ela mesma julgasse aceitáveis, o que por sua vez pressupõe uma regeneração revolucionária da URSS. A autêntica emancipação do povo ucraniano é inconcebível sem uma revolução ou uma série de revoluções no ocidente, que possam conduzir em última instância à criação dos estados unidos soviéticos da Europa. Uma Ucrânia independente poderia unir-se a esta federação como membro igualitário e indubitavelmente o faria. A revolução proletária na Europa, por seu turno, não deixaria em pé nem uma pedra da repugnante estrutura do bonapartismo estalinista. Nesse caso, seria inevitável a estreita união dos estados unidos soviéticos da Europa e a regenerada URSS, e representaria infinitas vantagens para os continentes europeu e asiático, incluindo, com certeza, a Ucrânia. Mas aqui estamos desviando-nos para questões de segunda ou terceira ordem. A questão de primeira ordem é a garantia revolucionária da unidade e independência da Ucrânia de operários e camponeses, na luta contra o imperialismo, de um lado, e contra o bonapartismo moscovita, de outra.

A Ucrânia é especialmente rica em experiências de falsos caminhos de luta para atingir a emancipação nacional. Ali tudo foi testado: a Rada [governo] pequeno burguesa e Skoropadski, Petlura, uma “aliança” com os Hohenzollern e combinações com a Entente^d. Após estes experimentos, só cadáveres políticos podem continuar a depositar esperanças em qualquer fração da burguesia ucraniana como líder da luta nacional pela emancipação. Unicamente o proletariado ucraniano é capaz, não só de realizar esta tarefa – revolucionária em essência –, como também de tomar a iniciativa para conseguir a sua solução. O proletariado, e só o proletariado, pode congregar à sua volta as massas camponesas e a intelectualidade nacional genuinamente revolucionária.

Ao começo da última guerra imperialista, Melenevski (“Ba-

sok”) e Skoropis-Yeltujovski tentaram colocar o movimento de libertação ucraniano sob a ala de Ludendorff, general dos Hohenzollern. Para tal, disfarçaram-se de esquerdistas. Os marxistas revolucionários expulsaram-nos com um pontapé. Eis a forma como devem agir os revolucionários no futuro. A iminente guerra criará uma atmosfera favorável a todo tipo de aventureiros, caçadores de milagres e buscadores do velocino de ouro. Estes cavalheiros, que têm especial preferência por aquecer as mãos no fogo da questão nacional, não devem ser admitidos nas fileiras do movimento operário. Nem o mais mínimo compromisso com o imperialismo, seja fascista ou democrático! Nem a mais mínima concessão aos nacionalistas ucranianos, sejam clerical-reacionários ou liberal-pacifistas! Não à “frente popular”! Completa independência do partido proletário como vanguarda dos trabalhadores!

Esta, acho eu, a política correta para a questão ucraniana. Falo aqui pessoalmente e em meu próprio nome. Cumpre abrir a discussão internacional sobre o tema. O primeiro lugar nesta discussão corresponderá aos marxistas revolucionários ucranianos. Escutemo-los com grande atenção. Mas lhes convém apressar! Resta pouco tempo para preliminares!

Notas

- A questão ucraniana. Socialist Appeal, 9 de Maio de 1939, onde se intitulava “O problema da Ucrânia”. A política que propõe está muito mais explicada em Escritos, Tomo XI (1939-1940).
- No verão de 1922, surgiram desavenças sobre a maneira como a Rússia controlava as repúblicas não russas da Federação Soviética. Stálin estava por apresentar uma nova Constituição, muito mais centralista que a sua predecessora de 1918, que restringiria os direitos das nacionalidades não russas, transformando a Federação de Repúblicas Soviéticas numa União Soviética, à qual se opunham com toda a força georgianos e ucranianos. Lênin, desta vez, apoiou Stálin. Em dezembro de 1922, depois de receber o relatório de uma comissão de inquérito independente que tinha enviado à Geórgia, mudou de opinião sobre os acontecimentos nessa região. Propôs então que os direitos dos georgianos, ucranianos e outras nacionalidades não russas eram mais importantes que as necessidades de centralização administrativa que preconizava Stálin. Lênin exprimiu esta opinião no seu artigo “A respeito do problema das nacionalidades ou sobre a “autonomização”” (Obras Completas, T. 36).
- Taras Shevchenko (1814-1861): poeta ucraniano que chegou a ser considerado o pai da literatura nacionalista do seu país. Fundou uma organização para promover a igualdade social, a abolição da escravatura, etc. Continua a ser o símbolo das aspirações e fins do povo ucraniano. Kobzar foi o seu primeiro livro de poesias (publicado em 1840), considerado geralmente como uma das maiores obras da literatura ucraniana. O título foi tomado de um antigo instrumento de corda e simboliza a variada herança ucraniana.
- Pavel Skoropadski (1873-1945): general do exército czarista, em 1918 foi durante um breve período o governador títere da Ucrânia, quando as tropas alemãs ocuparam o país e dissolveram a Rada. O seu regime caiu logo após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Simom V. Petlura (1877-1926): foi socialdemocrata de direita antes da Revolução. Em junho de 1917, foi designado secretário geral para assuntos militares da Rada ucraniana. Aliou-se com a Polónia na guerra soviético-polaca de 1920.

Stalin, administrador interino da Ucrânia

Trotsky, 18 de setembro de 1939

A guerra, como a revolução, se caracteriza por destruir de um golpe as fórmulas idiotas, e por às claras a verdade que escondem. A defesa da democracia é uma fórmula oca. A invasão da Ucrânia é uma realidade sangrenta.

Hoje, está claro que, ao mesmo tempo em que a Comintern faz uma clamorosa campanha em favor das democracias e contra o fascismo, o Kremlin preparava o entendimento militar com Hitler contra as supostas democracias. Até um imbecil tem de compreender agora que os processos de Moscou, que serviram para destruir a velha guarda bolchevique, acusando-a de colaboração com os nazistas, não passaram de uma camuflagem para ocultar a aliança estalinista com Hitler. O segredo foi revelado. Enquanto as missões britânica e francesa discutiam com Voroshilov uma defesa mais efetiva da Polônia, o mesmo Voroshilov discutia com os representantes do estado-maior alemão a melhor maneira de esmagar e dividir a Polônia. O Kremlin, não só enganou a Chamberlain, Daladier e Beck, mas também, sistematicamente, a classe operária da União Soviética e de todo o mundo.

Alguns iluminados e esnobes me acusam de se deixar levar por meus horríveis prognósticos, devido a meu “ódio” a Stalin. Como se as pessoas sérias se deixassem levar por seus sentimentos pessoais, no que diz respeito aos problemas de importância histórica! Os fatos demonstraram que a realidade é mais horrível que qualquer de meus prognósticos. Ao entrar no território polaco, os exércitos soviéticos sabiam antecipadamente até que ponto se confundiriam – como aliados, não como inimigos – com os exércitos de Hitler. A operação se decidiu sobre a base das cláusulas secretas do pacto germano-soviético; a colaboração entre os estados-maiores de ambos os países seria contínua; a invasão estalinista não é mais do que um complemento simétrico das operações hitlerianas. Tais são os fatos.

O Kremlin, que até há pouco tempo procurava ganhar a amizade de Varsóvia (para traí-la), declarava como criminosa a consigna de autodeterminação para a Ucrânia ocidental (Galícia oriental). Os expurgos e execuções na Ucrânia soviética foram provados fundamentalmente pelo fato de que os revolucionários ucranianos aspiravam, contra a vontade de Moscou, a libertação da Galícia da opressão polaca. Agora, o Kremlin procura dissimular sua intervenção na Polônia com um pesado interesse na “libertação” e “unificação” dos povos da Ucrânia e da Rússia Branca. Na realidade, a Ucrânia soviética

está mais amarrada do que qualquer outra parte à União Soviética, pelas ferozes cadeias da burocracia de Moscou. A aspiração de vários setores da nação ucraniana à sua libertação e independência é totalmente legítima e muito intensa. Mas, estes anseios se dirigem também contra o Kremlin. Se a invasão consegue seu objetivo, o povo ucraniano se encontrará “unificado”, não pela liberdade nacional, mas sim pela escravidão burocrática. Além disso, não haverá uma só pessoa honesta que aprove a “emancipação” de oito milhões de ucranianos e russos brancos ao preço da escravização de vinte milhões de polacos! Inclusive, se o Kremlin eventualmente organizar um plebiscito na Galícia ocupada, ao estilo de Göebbels, não enganaria ninguém. Isso por que não se trata de emancipar um povo oprimido, mas sim de estender o reinado da opressão burocrática e do parasitismo.

A imprensa nazista deu sua aprovação absoluta à “unificação” e “libertação” dos ucranianos sob as garras do Kremlin. Com isso, Hitler cumpre dois objetivos: primeiro, arrastar a União Soviética à sua órbita militar; segundo, avançar um passo além na solução de seu programa de uma “Grã-Ucrânia”. A política de Hitler é a seguinte: estabelecer uma ordem determinada para suas conquistas, uma após outra, e criar, com cada nova conquista, um novo sistema de “amizades”. Na etapa atual, Hitler concede a “Grã-Ucrânia” a seu amigo Stalin, na condição de administrador interino. Na próxima etapa, colocará o problema de quem é o proprietário da Ucrânia, ele ou Stalin.

Há aqueles que se aventuram a comparar a aliança Stalin-Hitler com o tratado de Brest-Litovsk. Que falsificação! As negociações de Brest-Litovsk foram realizadas abertamente, à vista de toda a humanidade. A União Soviética, em fins de 1917 e início de 1918, não contava com um só batalhão em condições de lutar. A Alemanha dos Hohenzollern atacou a Rússia e tomou a província de depósitos militares soviéticos. Ao governo soviético, não restou outra possibilidade, a não ser assinar um tratado de paz. Definimos, abertamente, essa paz como a capitulação de uma revolução desarmada, diante de um inimigo poderoso. Não veneramos os Hohenzollern; denunciámo-la publicamente a paz de Brest-Litovsk, como uma extorsão e um roubo. Não enganamos os operários e camponeses. O atual pacto Stalin-Hitler foi concluído, apesar da existência de um exército de milhões de soldados, e seu objetivo imediato foi facilitar a Hitler o esmagamento da Polônia e a sua divisão entre Berlim e Moscou. Onde está a analogia?

As palavras de Molotov, de que o Exército Vermelho se cobrirá de “glória” na Polônia, constituem uma inesquecível vergonha para o Kremlin. O Exército Vermelho recebeu a ordem de derrotar, na Polônia, aqueles que já haviam sido derrotados por Hitler. Essa é a tarefa vergonhosa e criminosa que os chacais do Kremlin determinaram para o Exército Vermelho.

(Extraído da obra Escritos,

Leon Trotsky, tomo XI, 1939-1940, vol. 1)

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBÁRIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

SOCIALISMO OU BARBÁRIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Argentina

Alberto Fernández fecha acordo antinacional com FMI, entregando-lhe o comando da economia

Somente a classe operária, com seus métodos e sua política, pode derrotar o FMI e os governos servís

As câmaras empresariais dos setores mais poderosos da economia comemoraram rapidamente o acordo do governo com o FMI. Este é o indicador mais importante de que este acordo é contra a nação e contra os oprimidos.

O que significa o acordo fechado com FMI?

Reconheceu-se a totalidade de uma dívida fraudulenta, que já se estava pagando. Pagaram-se, em 28 de janeiro, 718 milhões de dólares, e se pagarão, em 1º de fevereiro, 368 milhões. Em 21 de março, se pagarão 2,8 bilhões de dólares, que se somarão aos mais de 5 bilhões de dólares, pagos em 2021.

O reconhecimento e pagamento de dívida fraudulenta mostram o caráter colonial do país, em sua relação com o imperialismo e com o capital financeiro. É a subordinação do governo, do Congresso e do Judiciário às decisões imperiais, acompanhados também por toda a burocracia sindical.

Ainda que o apresentem como um “acordo razoável”, como o “melhor que se podia conseguir”, o FMI impôs suas condições. O governo fracassou, em suas pretensões de pedir 20 anos de prazo para pagar, que reduzissem as taxas usurárias que cobram, e nem sequer puderam acertar de chegar ao “déficit zero”, em 2027.

Quem pagará esta dívida fraudulenta? Os que se beneficiaram? Os que fugiram com todos esses dólares? Os parasitas especuladores? NÃO. Pagarão os de sempre – a maioria oprimida –, pois, os pagamentos sairão do orçamento nacional. Dinheiro que devia destinar-se a industrializar o país, a resolver os problemas mais urgentes da população.

As mentiras das promessas do governo. Diziam que não se pagaria a dívida com a fome e a miséria do nosso povo, mas estão pagando milhões e milhões de dólares, em um quadro dramático de pobreza, miséria e desemprego. O acordo inclusive estabelece aumentar o gasto social “moderadamente”, isto quer dizer muito abaixo do crescimento da economia, de modo que o gasto real evoluirá em um percentual cada vez menor do PIB.

O acordo estabelece a intervenção permanente do FMI, revisando todas as políticas do governo a cada 3 meses, podendo decidir deixar o país em falência a qualquer momento, se não se cumpre o acordo. Já conhecemos como agem essas missões de controle. O verdadeiro comando da economia passou às mãos do FMI.

Se o governo cumpre com todo o acordo, diante de cada vencimento de cada prestação, o FMI emprestará o valor pago para que não se reduzam as reservas, quantia que deverá ser paga mais adiante, com juros maiores.

Ainda não se concluiu a negociação em torno à totalidade do acordo, que continua em discussão, e que deverá contar com a aceitação do FMI e do Congresso Nacional.

Os ajustes que virão: o governo diz que não haverá ajustes para chegar ao déficit zero no ano de 2025. Porém, já anuncia que aumentará as tarifas dos serviços públicos para reduzir os subsídios. O acordo com o FMI obrigou o governo a reduzir o déficit

previsto no orçamento deste ano, de 3,3%, para 2,5%. O déficit previsto deve reduzir-se em quase 9 bilhões de dólares, entre este ano e o próximo. Esta é a magnitude do ajuste adicional àquele que já se vem aplicando contra a maioria, há anos, e que se manifesta em pobreza e desemprego.

Diz que se “manterão os direitos dos aposentados”, sim, o direito a receber uma aposentadoria miserável. Qual é a forma do ajuste contra os aposentados? Somente em um ano, se reduziu o percentual do PIB destinado ao pagamento das aposentadorias em 0,50%.

O governo diz que não haverá reformas estruturais. É verdade, deixará nas mãos das multinacionais e do grande capital todas as empresas e recursos de que se apropriaram. Com grande hipocrisia, diz que “não haverá novas privatizações”, como se tivesse sobrado alguma coisa para privatizar. Não se terminará com todas as formas de precarização trabalhista. Não se dará um único passo para industrializar o país.

O acordo estabelece a intervenção permanente do FMI, revisando todas as políticas do governo a cada 3 meses, podendo decidir deixar o país em falência a qualquer momento, se não se cumpre o acordo.

Não se propõe a meter a mão no bolso dos grandes capitalistas, para reduzir o déficit fiscal que prometera. Compromete-se a que o poder aquisitivo perdido pelo salário e as aposentadorias não se recuperem jamais.

O governo diz que manterá a ação e as medidas de controle de capitais. É outra grande hipocrisia. Não pôde controlar a saída de divisas. Dos importantes saldos do comércio exterior, não pôde reter um único dólar nas reservas.

O Congresso aprovará este monumental ato de corrupção e entrega, porque as Câmaras empresariais batem palmas, e celebram o acordo, eles são quem mais pressionaram para que se fechassem as negociações, e o Congresso está a seu serviço.

O acordo estabelece as mesmas receitas monetaristas de sempre, para enfrentar a inflação, receitas que já fracassaram. Medidas que têm efeitos mais recessivos, porque praticamente eliminam o crédito para a produção. Elevar a taxa de juros acima da inflação melhora os negócios do capital financeiro e, ao mesmo tempo, obriga o governo a se endividar com os bancos, que receberão essas taxas. E que provocarão maior déficit no orçamento. O FMI vigiará para que o Banco Central deixe de financiar o governo.

A classe operária e os demais oprimidos devem tomar em nossas mãos a defesa da soberania nacional, independizar a Argentina da tutela imperialista, em defesa própria, por nossas condições de vida e de trabalho, gravemente ameaçadas pelo capitalismo em profunda decomposição. É preciso lutar pelo salário e aposentadoria, por trabalho para todos, por orçamento para Educação e Saúde que sejam suficientes, pelo direito à moradia, com nossos

próprios métodos. A burguesia é uma classe decadente, que se encontra de joelhos diante das exigências do capital financeiro, incapaz de defender a soberania nacional. Procura enterrar nossas reivindicações, nossas necessidades mais urgentes, e nos condena a continuar suportando estas condições. A classe operária deve independizar-se politicamente, recuperar suas organizações sindicais para a luta, arrancá-las da tutela do governo fundo-monetarista. Somente a classe operária, com seus métodos e com sua política, pode derrotar o FMI e os governos servis. É necessário preparar essa grande luta de classe contra classe. Há que debater e organizar-se em cada local de trabalho, em cada fábrica, em

cada bairro, contra este governo, que voluntariamente entregou o comando da economia ao FMI, demonstrando sua absoluta incapacidade para representar os interesses da nação oprimida, e cujo único programa é o da submissão ao amo imperialista.

***Fora o FMI, rechaçamos sua presença,
sua tutela colonial!***

***Pelo desconhecimento da dívida externa,
não se deve pagar nada!***

*(Extraído do jornal Massas, nº 409,
órgão do partido Operário Revolucionário da Argentina)*

Bolívia / Ainda tratando do problema dos movimentos antivacina

IV – Na Bolívia, a subsistência de modos pré-capitalistas de produção, assentados principalmente no campo, é uma fonte a partir da qual se retroalimentam as posições negacionistas e antivacina

A descoberta de que muitas doenças estão relacionadas com patógenos microscópicos não visíveis a olho nu (vírus e bactérias) foi resultado do desenvolvimento do microscópio, que permitiu conhecer o universo da vida que existe fora do espectro visível do homem, e do qual só se sentem os seus efeitos, benéficos ou nocivos. A microbiologia como ciência se desenvolveu a partir destas descobertas, que foram possíveis graças ao desenvolvimento das forças produtivas que o capitalismo impulsionou.

Para o homem do campo, imerso no pré-capitalismo, que produz de maneira individual/familiar na base do emprego de meios de produção pré-capitalistas, ou seja, não maquinizados, a explicação dos fatos da vida e da produção têm um conteúdo *animista*, que consiste em atribuir alma, espírito, “*ajayu*”, às enfermidades ou à terra, por exemplo. As enfermidades são tratadas com a medicina tradicional, na base de ervas combinadas com procedimentos místicos. Isto não implica que a percepção seja de todo equivocada (é materialista ingênua, diria Engels), mas é uma percepção fenomênica, epidérmica, que não foi capaz de revelar o agente patogênico causante dos sintomas. Para isso, é necessário um nível maior de desenvolvimento das forças produtivas.

A imponente presença das nações indígenas, ancestralmente oprimidas e imersas no pré-capitalismo, penetra nas mentes e nos hábitos dos habitantes da cidade que nunca romperam completamente a sua ligação com o campo e as culturas ancestrais. Mas, uma coisa são as crenças e o modo de ver a vida das massas indígenas camponesas originárias, outra, muito diferente, é a agitação política reacionária e retrógrada dos indigenistas pós-modernos, que endeusam o pré-capitalismo para, no caso presente, terminar cometendo erros atrás de erros.

Mas, também se manifesta o oposto, a mentalidade do colonizador branco, do patrão que deprecia o índio e se expressa, por exemplo, na atitude depreciativa de não poucos médicos e intelectuais, no desprezo com a medicina tradicional, sem reconhecer o valor empírico do uso de algumas ervas para aliviar algumas doenças. Atitude que é tão obtusa e míope como a dos indigenistas pós-modernos, de pretender que ambas as expressões do conhecimento humano, uma empírica primitiva e outra científica, estão no mesmo nível de compreensão da essência dos fenômenos.

Vivemos na época do capitalismo em sua fase imperialista, decadente e de desenvolvimento da economia combinada. Os rincões mais distantes do mundo são arrastados ao mercado capitalista, e, na medida em que estas comunidades camponesas estão próximas dos centros comerciais capitalistas e das cidades, sua atitude em relação às vacinas se vê obrigada a mudar. É ilustrativo o exemplo do mercado Fidel Aranibar, em Cochabamba, um mercado em que se concentra a produção agrícola do vale para a sua comercialização. Ali, os comerciantes definiram em assembleia que todos os donos de postos são obrigados a se vacinarem, porque as donas de casa têm medo de ir ao mercado, por temor de se contagiarem. Assim, as vendas caíram. Proibiram ainda a entrada de vendedores ambulantes, se não forem apresentados os certificados de vacinação, porque podem trazer a enfermidade. Os ambulantes relutantes se veem obrigados a vacinar-se, assim como os camponeses que trazem os seus produtos. Uma senhora, que vive mais distante, disse que “Eu não vou muito à cidade, então minha filha é que foi vacinada, ela vai ao banco e compra as coisas de que precisamos”.

Nos centros operários e nas fábricas, a coisa é mais imediata. O empresário NÃO pode se dar ao luxo de ter operários doentes, assim, determinou que todos os que queiram seguir trabalhando devem vacinar-se. Os operários fabris, por exemplo, pressionados pelo entorno pequeno-burguês, vacilam, deixam-se levar pelas teorias conspiratórias, mas, ao final, não têm outro remédio a não ser vacinar-se, para poder preservar a sua fonte de trabalho. Os sindicatos acabam recorrendo à necessidade de fazer explicações mais científicas, para ajudar na compreensão da situação.

Neste cenário, as posições do indigenismo pós-moderno não têm perspectiva, terminam se chocando com as práticas efetivas que as massas se veem obrigadas a tomar. A estupidez da agitação demagógica dos MASistas, que asseguram que o vírus foi uma invenção da direita e do imperialismo, termina caindo com seu próprio peso. O governo vai, de tombo em tombo, improvisando, em meio às pressões contraditórias de seu entorno eleitoral. O que resulta em engrossar a torrente de decepção geral, diante de sua incapacidade de enfrentar os males derivados da crise sanitária e econômica.

*(Extraído do Jornal Massas nº 2.684,
do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

Honduras

A crise política condiciona o novo governo

Os explorados devem se emancipar do governo impostor e lutar por seu programa próprio

A crise política explodiu há duas semanas, quando, em uma sessão do Parlamento, para eleger as novas autoridades, se operou uma cisão no interior do Partido Liberdade e Refundação (Livre), o partido da presidente. Dezenas de deputados dessa legenda rejeitaram o acordo pré-eleitoral, assinado por Castro com Salvador Nasralla, que declinou de ser candidato do direitista Partido Salvador de Honduras (PSH), em favor da atual presidente, em troca das vice-presidências executivas e da presidência do Parlamento. Na votação, se impôs a fração liderada por Luis Redondo (PSH). Felix Cálix e 18 deputados dissidentes do Livre, junto a 43 deputados do Partido Nacional (do governo anterior), decidiram desconhecer a formação e convocaram uma sessão paralela, que elegeu outra composição parlamentar. O funcionamento paralelo de ambas as frações dita o curso da crise política do governo.

Castro considerou Cálix como um traidor, e expulsou o deputado e seus seguidores do Livre. Ocorre que o apoio do oligárquico PSH é chave para estabelecer uma ponte com setores da burguesia e da classe média abastada. Redondo é a peça chave no objetivo do novo governo de contar com o apoio das forças militares e policiais. Eis como um político inexpressivo e rejeitado pelas massas se instala como homem-forte do governo. O acordo eleitoral mostrou o quanto Castro se orientava a firmar um acordo de convivência com os mesmos setores que combateram o governo de Manuel Zelaya, e decidiram expulsá-lo do governo com um golpe de Estado. E a participação de FSH na frente eleitoral indicou a manobra da burguesia para condicionar o governo nacional-reformista, de dentro.

Está claro que a governabilidade do governo Castro depende das forças burguesas, e não do apoio eleitoral da população. De forma que a presidente não cumprirá com a promessa de acabar com a corrupção, desenvolver a economia e elevar as condições de vida das massas. O programa nacional-reformista estava morto, antes de Castro ser eleita presidente.

Se bem caiu a máscara de Castro, essa ainda conta com expressivo apoio popular. Castro sabe disso, e manobra para manter no alto essas ilusões. Recentemente, disse que iria lutar para aprovar uma modificação na Lei de energia, visando a prover de energia grátis a mais de um milhão de pobres e mi-

seráveis. Prometeu, na campanha eleitoral, que reestatizaria a Empresa Nacional de Energia Elétrica (ENEE). De forma que, para cumprir sua palavra e garantir energia grátis aos pobres e miseráveis, deveria, de um lado, tomar medidas contra o elevado endividamento da ENEE (80 bilhões) e, de outro, avançar no controle do Estado sobre a provisão de energia. Quer dizer que a promessa não se cumprirá, sem que ele ataque os interesses do capital financeiro e dos monopólios.

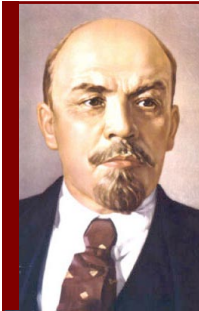
No entanto, a reestatização não está mais entre os planos de Castro. Antes de assumir, disse que reforçaria a segurança jurídica do país. Isto é, que não tocaria na grande propriedade privada. Castro segue os passos de Pedro Castillo, que, logo ao assumir a presidência de Peru, desconheceu todas as suas promessas e passou a governar condicionado e subordinado ao imperialismo e à oligarquia nacional.

A vitória de Castro não significou a derrota do golpe e da ditadura civil imposta após a derrubada de Manuel Zelaya, em 2009. Apenas acobertou a orientação do nacional-reformismo, de se ajustar ao marco político e jurídico erguido nos últimos dez anos. A aprovação de uma ou outra reforma ou medida assistencialista não mudará a ditadura capitalista sobre as massas famintas e miseráveis.

Os explorados hondurenhos se enfrentarão, nos próximos meses, com a falência do nacional-reformismo. O curso da crise econômica e a permanência dos estragos pandêmicos os obrigaram a se chocar com o governo de Castro e os entraves da ditadura civil. A ruptura das ilusões democráticas e sua emancipação política, porém, dependem da luta da vanguarda pela superação da crise de direção revolucionária, construindo o partido marxista-leninista-trotskista. Somente assim, será possível que a desilusão não se transforme em passividade. Mas, no caso contrário, também é decisiva, para traduzir os instintos de revoltas em política revolucionária.

A experiência das massas com o fracasso dos governos nacional-reformistas, que retornam ao poder dos Estados, deve servir à vanguarda trotskista de América Latina, para ajudar os explorados do continente a conquistarem sua independência de classe, e assumirem a estratégia da revolução e ditadura proletárias, e dar passos na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.





Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

VIII Congresso

No jornal *Massas* anterior, dedicamos a exposição a demonstrar a relação entre a reforma do programa, as tarefas particulares da situação, o método analítico de Lênin, e a constituição da III Internacional. Agora, comentaremos alguns aspectos específicos. Começamos pela constituição do Exército Vermelho. Não estava prevista tal possibilidade no programa e elaborações anteriores à revolução. Era inevitável que causasse muita discussão. Tratava-se de mais uma decisão que não constava “de doutrinas pré-concebidas, mas ditada pela necessidade real”. No final da guerra, o exército precipitou-se à desagregação. Fenômeno este que também se passou com o exército de outros países. A primeira tentativa de reagir à dissolução do exército russo foi a de “criar um exército voluntário”. O objetivo era o de garantir “a defesa armada da república socialista”, sem a qual não era possível manter-se em pé.

As ameaças de guerra permaneciam. Lênin faz a seguinte consideração programática: “Condenamos a guerra imperialista, mas não negamos a guerra em geral (...) Não vivemos somente em um Estado, mas dentro de um sistema de Estados, e é inconcebível que a república soviética possa existir, durante muito tempo, ao lado dos Estados imperialistas. No final das contas, deverá triunfar um ou outro. E, enquanto esse desenlace não ocorra, é inevitável que se produza uma série de terríveis choques entre a República Soviética e os Estados burgueses. Se a classe dominante, o proletariado, quer manter o poder, deve demonstrar capacidade para isso, por meio de sua organização militar”. Daí decorria a necessidade de como se valer dos especialistas e militares que vinham do velho regime. Essa questão, na realidade, era mais geral, uma vez que abrangia todas as esferas fundamentais da produção e da organização do Estado.

Lênin, então, passa a demonstrar a importância da constituição e aperfeiçoamento da “direção operária da indústria”. Explica: “Basta lembrar quão impotentes, espontâneos e fortuitos foram nossos primeiros decretos e resoluções, sobre o controle operário da indústria. Parecia-nos que era fácil implantá-los; a prática demonstrou a necessidade de construir, mas não demos, de modo algum, uma resposta à pergunta de como construir. Cada fábrica nacionalizada, cada ramo da indústria nacionalizada, o transporte, principalmente o transporte ferroviário (...), tudo encarnava a experiência concreta do capitalismo, e nos ocasionava imensas dificuldades”. Assim, a estruturação da direção operária da indústria surgia, no VIII Congresso, como um dos problemas mais difíceis de resolver. Tinha a seu favor um grau de experiência adquirido pelas massas proletárias, que se viram obrigadas a pôr em funcionamento a indústria arruinada. Era chegada a hora de passar, do controle operário inicial, para a direção operária da indústria. O que implicava valer-se dos especialistas, que deveriam ser colocados sob a direção operária da indústria. Lênin expõe seu raciocínio: “Não

é possível construir o socialismo, sem utilizar a herança da cultura capitalista. O único material que temos para construir o comunismo é o que nos deixou o capitalismo. (...) É um problema muito importante, no período de transição do capitalismo ao comunismo. Para que possamos construir o comunismo, é necessário tornar mais acessível, às massas, os meios que proporcionam a ciência e a tecnologia burguesas. De outro modo, não será possível construir a sociedade comunista. E, para poder construí-la, devemos arrancar o aparato das mãos da burguesia, devemos incorporar, ao trabalho, todos os especialistas”.

Outra discussão se deu em torno à autodeterminação das nações. A implicação prática desse ponto programático era imediata no processo de edificação do Estado soviético. Bukharin propunha que, no lugar do princípio da autodeterminação das nações oprimidas, se colocasse a autodeterminação dos trabalhadores. Lênin se contrapõe: “Colocar autodeterminação dos trabalhadores onde se diz autodeterminação das nações seria completamente falso, já que semelhante maneira de resolver o problema não considera as grandes dificuldades, nem o caminho tão sinuoso que percorre a diferenciação das classes nas nações. (...) Cada nação deve alcançar o direito à autodeterminação, e isto facilitará a autodeterminação dos trabalhadores”.

O problema da burocracia e a incorporação das amplas massas ao trabalho soviético foram tratados por Lênin como parte do conjunto das discussões. Eis a formulação: “Somente poderemos lutar contra a burocracia sem trégua, até a vitória total, quando toda a população participar no governo. Nas repúblicas burguesas, isso não só é impossível, senão que as próprias leis o impedem. Até as melhores repúblicas burguesas, por mais democráticas que sejam, têm milhares de obstáculos legais, que impedem a participação dos trabalhadores no governo. Nós eliminamos esses obstáculos, mas, até agora, não conseguimos que as massas trabalhadoras participem no governo, pois, além das leis, está o problema do nível cultural, que não é possível superar por nenhuma lei. E o baixo nível cultural faz com que os soviets, que são, por seu programa, órgãos de governo dos trabalhadores, sejam, na realidade, órgãos de governo para os trabalhadores, por meio do setor avançado do proletariado, mas não por meio das massas trabalhadoras”.

Essa última formulação tem um lugar especial no programa e nas respostas concretas às tarefas de estabelecer a direção operária da indústria, e de possibilitar às massas dirigir o próprio Estado. Estava colocado, pelo VIII Congresso, o objetivo de trabalhar pela elevação cultural da classe operária, e de toda a população, de maneira que os soviets passassem de governo para os trabalhadores a órgão de governo dos trabalhadores, como está previsto no programa.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXI, Akal Editor)